



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**A Contribuição do Arquiteto Paisagista na Divisão  
de Desenvolvimento e Urbanismo da Câmara  
Municipal de Alandroal, 2009 - 2012**

Mariana de Fátima Rainho Ramalho

Orientação | Prof. Maria da Conceição Marques  
Freire

**Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório Profissional

Évora, 2014



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E  
ORDENAMENTO

**A Contribuição do Arquiteto Paisagista na Divisão  
de Desenvolvimento e Urbanismo da Câmara  
Municipal de Alandroal, 2009 - 2012**

Mariana de Fátima Rainho Ramalho

Orientação | Prof. Maria da Conceição Marques  
Freire

**Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório Profissional

Évora, 2014

**Constituição do Jurí:**

**Presidente:** Professora Aurora da Conceição Pereira Carapinha

Professora Rute Sousa Matos

Professora Maria da Conceição Marques Freire

## Agradecimentos

- À Professora Conceição Freire pela disponibilidade demonstrada em orientar este relatório profissional, pelos conhecimentos transmitidos e pela celeridade com que sempre analisou as várias versões da tese que lhe fui enviando.
- À minha família por todo o apoio e incentivo, mesmo nos momentos mais difíceis e de maior desalento.
- Ao Coordenador da Divisão de Divisão e Urbanismo, Nuno Eduardo Coelho por todo o material de trabalho disponibilizado.
- Ao colega de trabalho João Domingo Piteira pelos conhecimentos que partilhou comigo relativamente a alguns pontos do concelho e pelo material fotográfico cedido.
- Ao colega de trabalho Ricardo Alexandre Gomes pelo auxílio no tratamento de alguma imagens e tradução de alguns textos.
- Ao colega Paulo Alexandre Tata pela bibliografia e material de trabalho disponibilizado.
- Ao colega de trabalho José Carlos Melrinho pelo material fotográfico cedido.
- À minha amiga Rosa Trindade pelo auxílio a nível informático.

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>7</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO</b>	<b>11</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 – ENQUADRAMENTO</b>	<b>14</b>
<b>1.1 - Breve caracterização do concelho de Alandroal</b>	<b>14</b>
<b>1.2 – Paisagem</b>	<b>23</b>
1.2.1 – Unidades de paisagem do concelho de Alandroal	23
1.2.2 – Vila do Alandroal	33
<b>2 – AGENDA 21 LOCAL</b>	<b>39</b>
<b>2.1 – Diagnóstico para a sustentabilidade</b>	<b>42</b>
<b>2.2 – Inquéritos aplicados à população e definição da visão estratégica</b>	<b>47</b>
<b>2.3 - Reflexão crítica</b>	<b>54</b>
<b>3 – PLANO DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>57</b>
<b>3.1 – Caracterização geral do plano</b>	<b>57</b>
<b>3.2 - Reflexão Crítica</b>	<b>68</b>

<b>4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS</b>	<b>69</b>
4.1 – Caracterização geral do regulamento	69
4.2 – Reflexão Crítica	76
<b>5 – PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES</b>	<b>78</b>
5.1 - Área de intervenção	78
5.2 - Diagnóstico de barreiras no Espaço Público do Alandroal	80
5.3 – Edificado	93
5.4 - Reflexão Crítica	94
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>100</b>
Anexos 1 – Lista de espécies vegetais que apresentam efeitos tóxicos	100
Anexos 2 – Lista de Equipamentos analisados	101
Anexos 3 – Relatório para o edifício dos Bombeiros Voluntários de Alandroal	103

## Índice de figuras

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DO CONCELHO E DAS RESPECTIVAS FREGUESIAS .....	14
FIGURA 2 - BACIA HIDROGRÁFICA DO CONCELHO DE ALANDROAL .....	17
FIGURA 3 - CARTA DE SOLOS DO CONCELHO DE ALANDROAL.....	19
FIGURA 4 - UNIDADES DE PAISAGEM NA ÁREA DE ESTUDO.....	23
FIGURA 5 – UNIDADES DE PAISAGEM PARA O CONCELHO DE ALANDROAL.....	24
FIGURA 6 – UNIDADES DE PAISAGEM VÁRZEA DE JUROMENHA.....	25
FIGURA 7 - VILA E VÁRZEA DE JUROMENHA .....	26
FIGURA 8 – RIBEIRA DO LUCEFÉCIT LADEADA DE EUCALIPTAL.....	27
FIGURA 9- UNIDADE DE PAISAGEM EUCALIPTAIS DA SERRA DE OSSA.....	27
FIGURA 10 – PLANÍCIE ONDULADA E MONTADO COM BAIXA DENSIDADE, HORTINHAS, IMAGENS EM CIMA, FERREIRA DE CAPELINS, IMAGENS EM BAIXO.....	28
FIGURA 11 - UNIDADE DE PAISAGEM MONTADOS DO ALENTEJO CENTRAL .....	29
FIGURA 12 - UNIDADE DE PAISAGEM TERRAS DE ALANDROAL E TERENA .....	30
FIGURA 13 - VILA DE TERENA E CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA NOVA.....	31
FIGURA 14 - UNIDADE DE PAISAGEM ALBUFEIRA DO ALQUEVA E ENVOLVENTE .....	32
FIGURA 15 – ALBUFEIRA DO ALQUEVA JUNTO À ALDEIA DO ROSÁRIO E AZENHA D'EL REI (MONTEJUNTOS) .....	33
FIGURA 16 – LIMITE DO PERÍMETRO URBANO DA VILA DO ALANDROAL .....	34
FIGURA 17 – ESCAVAÇÕES REALIZADAS NO INTERIOR DO CASTELO DO ALANDROAL, NA ZONA DO ANTIGO CEMITÉRIO.....	35
FIGURA 18 – VILA DO ALANDROAL .....	35
FIGURA 19 - IGREJA MATRIZ E LARGO ENVOLVENTE .....	36
FIGURA 20 - FONTE DAS BICAS, CASTELO DO ALANDROAL, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO, PELOURINHO, ERMIDA DE S. PEDRO, CAPELA DE SANTO ANTÓNIO E ERMIDA DE S. BENTO .....	37
FIGURA 21 – ESQUEMA DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL .....	41
FIGURA 22 - ESTACIONAMENTO JUNTO DA MURALHA .....	59
FIGURA 23 – ASPETO ATUAL DA PRAÇA DA REPUBLICA .....	59
FIGURA 24 – ASPETO ATUAL DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ALANDROAL .....	60
FIGURA 25 – PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO E CASA MORTUÁRIA .....	62
FIGURA 26 – ASPETO ATUAL DO PARQUE DE FEIRAS .....	65

FIGURA 27 - ESTUDO PRÉVIO PARA O PARQUE DE FEIRAS DE ALANDROAL .....	65
FIGURA 28 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLPA .....	79
FIGURA 29 - TIPOLOGIAS DE BARREIRAS NO ESPAÇO PÚBLICO .....	80
FIGURA 30 - EXEMPLO DE VIAS COM AUSÊNCIA DE PASSEIOS.....	82
FIGURA 31 – EXEMPLO DE PASSEIOS SUBDIMENSIONADOS.....	83
FIGURA 32 - EXEMPLO PERCURSOS INTERROMPIDOS PELA AUSÊNCIA DE PASSADEIRAS E PASSADEIRAS DEGRADADAS (SEM MANUTENÇÃO DA TINTA) .....	84
FIGURA 33 – PASSADEIRAS SUBDIMENSIONADAS E SEM ACESSOS REBAIXADOS. ....	85
FIGURA 34 - PASSEIOS COM PAVIMENTAÇÃO DEGRADADA.....	85
FIGURA 35 – DEGRAUS E RAMPAS COM ESCADAS NO PASSEIO SEM CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE ACESSO RAMPEADO.....	86
FIGURA 36 - CANDEEIROS E SINAIS DE TRÂNSITO A DESCONTINUAR PERCURSOS ACESSÍVEIS .....	87
FIGURA 37 – CALDEIRAS DE ÁRVORES QUE OCUPAM UMA ÁREA SIGNIFICATIVA DO PASSEIO. ....	88
FIGURA 38 – INTERRUPÇÕES PONTUAIS DE PASSEIO POR CONTENTORES DO LIXO.....	88
FIGURA 39 – INTERRUPÇÕES PONTUAIS DE PASSEIO POR FLOREIRAS E PLACAS TOPONÍMICAS .....	89
FIGURA 40 – EXEMPLOS DE ESTACIONAMENTO ABUSIVO EM PASSEIOS; FREQUENTEMENTE COM IMPEDIMENTO DE ACESSOS AO ESPAÇO PRIVADO.....	90
FIGURA 41 - OBRAS OU TAPUMES DE OBRAS A OCUPAREM ÁREAS SIGNIFICATIVAS DOS LARGOS E DOS PASSEIOS.....	91
FIGURA 42 – OBSTÁCULOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO PASSEIO PÚBLICO (DEPÓSITOS DE VENDA DE GÁS E ESPLANADAS). ....	91
FIGURA 43 – PERCURSOS ACESSÍVEIS E INACESSÍVEIS .....	92

## Índice de Quadros

QUADRO 1 - NÚMERO DE EDIFÍCIOS, POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, NA VILA DO ALANDROAL .....	37
QUADRO 2 - EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL NA VILA DO ALANDROAL .....	38
QUADRO 3 - IMPACTE DOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS E DA CONSTRUÇÃO SOBRE OS RECURSOS ..	44
QUADRO 4 - IMPACTE DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO SOBRE OS RECURSOS.....	44
QUADRO 5 - IMPACTE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA SOBRE OS RECURSOS.....	46
QUADRO 6 - IMPACTE DA ATIVIDADE TURÍSTICA SOBRE OS RECURSOS .....	46
QUADRO 7 - AÇÕES A DESENVOLVER DENTRO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS .....	50
QUADRO 8 - AÇÕES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DA QUALIDADE DE VIDA .....	51
QUADRO 9 - AÇÕES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DA QUALIDADE URBANA .....	53

## Lista de Acrónimos

CMA – Câmara Municipal de Alandroal

DDU – Divisão de Desenvolvimento e Urbanismo

NPA - Nível Pleno Abastecimento

PLPA – Plano Local de Promoção das Acessibilidades

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural.

RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios Para a Acessibilidade

RCD – Resíduos de Construção e Demolição

REUMA – Regulamento da Edificação e Urbanização do Município de Alandroal

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

O relatório profissional que apresentamos tem como objetivo a obtenção do grau de mestre em Arquitetura Paisagista. Neste inclui-se uma compilação e reflexão sobre os principais trabalhos em que colaborámos na Divisão de Desenvolvimento e Urbanismo (DDU) da Câmara Municipal de Alandroal (CMA), no período 2009 – 2012: a “*Agenda 21 Local*”, o “*Plano de Intervenção Municipal*”, o “*Regulamento Municipal de Espaços Públicos*” e o “*Plano Local de Promoção das Acessibilidades (PLPA)*”.

A “*Agenda 21 Local*” contempla um conjunto de ações que devem ser executadas até 2020, com o objetivo de garantir um concelho mais vivo e sustentável económica e ecologicamente.

O “*Plano de Intervenção Municipal*” focaliza um conjunto de projetos de âmbito material e imaterial. Este documento de gestão assume-se como uma base importante para candidaturas a fundos europeus.

O “*Regulamento Municipal de Espaços Públicos*” tem como objetivo simplificar, atos administrativos relacionados com a atividade publicitária e a ocupação e exploração do espaço público.

O “*Plano Local de Promoção das Acessibilidades*” pretende desenvolver um conjunto de propostas que permitam ter um concelho mais acessível para todos.

### Contribution from the Landscape Architect in the Urban development and urbanism for the Municipality of Alandroal 2009/2012

This professional report we introduce here is aimed to obtain the Masters degree on Landscaping Architecture. It includes a collection and reflection about the main projects we collaborated in the “*Divisão de Desenvolvimento e Urbanismo da Câmara Municipal de Alandroal*” from 2009 through 2012: the “*Agenda 21 Local*”, “*Plano de Intervenção Municipal*”, “*Regulamento Municipal de Espaços Públicos*” and the “*Plano Local de Promoção das Acessibilidades (PLPA)*”.

The “*Agenda 21 Local*” contemplates a set of actions that must be finished by 2010 with the goal of ensuring a more alive, sustainable, economically and ecologically county.

The “*Plano de Intervenção Municipal*” focuses on a set of projects of material and imaterial scope. This management document takes on as being a very important basis for creating applications for European funds.

The “*Regulamento Municipal de Espaços Públicos*” focuses on streamlining administrative work related with publicity, usage and profiteering of public space.

The “*Plano Local de Promoção das Acessibilidades*” aims to develop a group of proposals to allow a more accessible county for the disabled.

## Introdução

Com o presente relatório profissional, agora apresentado à Universidade de Évora, pretende-se obter o grau de mestre em Arquitetura Paisagista.

O relatório incide sobre o trabalho desenvolvido na Divisão de Desenvolvimento e Urbanismo (DDU) da Câmara Municipal de Alandroal (CMA), durante três anos e meio (2009 a 2012).

A DDU tem como atribuições a programação, organização e coordenação das atividades nos domínios do planeamento e desenvolvimento, ambiente e qualidade de vida, ordenamento e utilização do território, onde se incluem as obras municipais e particulares, gestão urbanística, serviços urbanos e turismo. Esta divisão conta com uma equipa de trabalho multidisciplinar, constituída por um arquiteto, um arquiteto paisagista, um engenheiro civil, um engenheiro topógrafo, um engenheiro dos recursos hídricos, um desenhador, um medidor orçamentista e um fiscal municipal.

Durante este período colaborámos sobretudo ao nível do planeamento, desenvolvimento, ordenamento e utilização do território e, mais pontualmente nalguns projetos de espaços exteriores.

Ao nível do planeamento e desenvolvimento, contribuímos para a elaboração da *Agenda 21 Local* e do *Plano de Intervenção Municipal*. No âmbito do ordenamento e utilização do território participámos na preparação do *Regulamento Municipal de Ocupação de Espaços Públicos* e no *PLPA* (ainda em elaboração).

A *Agenda 21 Local* contou com a colaboração da empresa “Tterra”, (sediada em Parede) e no *PLPA* está envolvida a empresa “Paula Teles – Unipessoal, Lda.” (sediada no Porto). O *Regulamento Municipal de Ocupação de Espaços Públicos* foi elaborado por uma equipa multidisciplinar de técnicos municipais e o *Plano de Intervenção Municipal* da nossa autoria.

Este relatório profissional inicia-se com o enquadramento territorial e paisagístico do concelho de Alandroal, dando-se a conhecer a realidade de um concelho do interior do país, com inúmeros problemas e variadíssimas potencialidades, como pretendemos expressar nessa breve contextualização. A apresentação e desenvolvimento do trabalho eleito para constar neste relatório incluirá uma apresentação mais detalhada dos trabalhos referidos terminando-se com uma reflexão crítica.

## 1 – Enquadramento

### 1.1 - Breve caracterização do concelho de Alandroal<sup>1</sup>

O concelho do Alandroal situa-se no Sul de País e no distrito de Évora, em plena região Alentejana, portanto na parte mais interior, uma situação a que se associa a desertificação física e humana, decorrentes das condições biofísicas e históricas.

Entre os fatores biofísicos que mais concorrem para essa situação há que assinalar o clima caracterizado por verões muito longos e secos e solos pobres com escassa aptidão.

A vila do Alandroal é a sede do município, com 5928 habitantes distribuídos por uma área de 544,86 km<sup>2</sup>, numa densidade populacional de 11,0 habitantes/km<sup>2</sup>.

Atualmente existem seis freguesias, designadamente: Capelins (Santo António), Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho), Santiago Maior e Terena (São Pedro) - (Figura 1).



**Figura 1** - Representação do concelho e das respetivas freguesias (Imagem retirada de <http://www.cm-alandroal.pt/>)

<sup>1</sup> A elaboração deste capítulo teve por base essencialmente os estudos: 'Diagnóstico para a Sustentabilidade do Alandroal - Agenda 21 Local' (2011) e a 'Revisão do PDM - Versão preliminar' (2012).

Na última reorganização administrativa do país, ocorrida em 1855, o concelho do Alandroal passou a integrar os territórios dos extintos municípios de Juromenha e Terena. A povoação de Villarreal, que integrava o antigo concelho de Juromenha, passou para domínio espanhol em 1801.

O território do município de Alandroal apresenta características marcadamente rurais, sendo constituído por três vilas (Alandroal, Terena e Juromenha) e doze aldeias (Rosário, Hortinhas, Mina do Bugalho, Faleiros, Ferreira de Capelins, Montejuntos, Marmelos, Orvalhos, Aldeia da Venda, Pias, Casas Novas de Mares e Cabeça de Carneiro).

O rio Guadiana assume uma importância primordial no território municipal, enquanto curso de água estruturante e linha limítrofe, demarcando simultaneamente o limite nascente do concelho e a fronteira em relação ao território espanhol. Em território português, as fronteiras do concelho são, a norte o concelho de Vila Viçosa, a oeste o concelho do Redondo e a sul o concelho de Reguengos de Monsaraz.

### A população do concelho de Alandroal <sup>2</sup>

A população é maioritariamente envelhecida, tal como se verifica na generalidade dos concelhos do interior.

Após o esvaziamento populacional verificado na década de 60, causado por um elevado fluxo migratório em direção a outros centros urbanos nacionais e estrangeiros, assistiu-se a uma dinâmica de crescimento populacional cada vez menor. Entre 1970 e 2001, esta tendência manteve-se, embora de forma mais atenuada, apresentando repercussões muito negativas na estrutura populacional do concelho do Alandroal contando-se, em 2001, menos 10,7% da população registada no ano censitário anterior.

De 2001 a 2010 a evolução da população residente manteve-se decrescente. Em 2001 foram registados 6407 habitantes, em 2010 este número diminuiu para 5899 numa variação de aproximadamente -8%. De 2010 para 2011 manteve-se a tendência

---

<sup>2</sup> A elaboração deste subcapítulo teve por base os estudos: 'Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal - Período 2008 – 2010' (2007) e 'Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal' (2008).

decrecente, tendo-se apurado no recenseamento censitário, um total de 5849 indivíduos.

O decréscimo populacional foi transversal a todas as freguesias. No entanto a freguesia de Juromenha, a menor do concelho, foi a que apresentou a maior perda demográfica, possuindo atualmente menos 81 % dos habitantes que na década de 80.

Os factos descritos anteriormente devem-se a uma taxa de crescimento natural muito baixa (com uma taxa de mortalidade consideravelmente superior à da natalidade) e ausência de rejuvenescimento da população pela entrada de jovens.

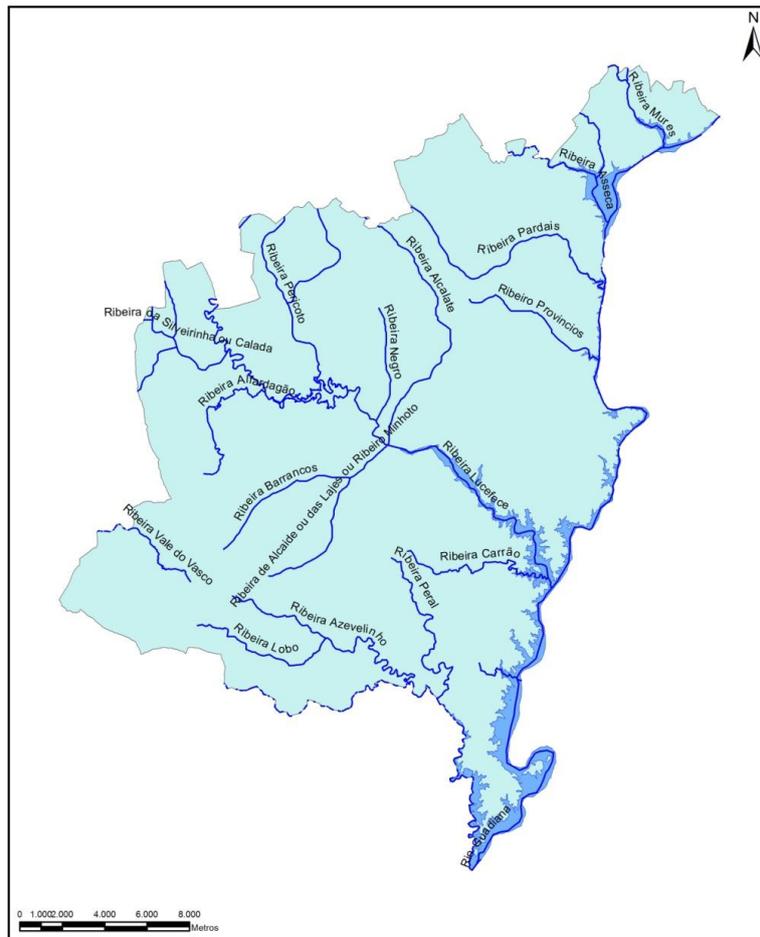
### Alguns dos principais recursos do ambiente<sup>3</sup>

O conhecimento sobre os recursos ambientais - principalmente a **água** e o **solo** - e da **biodiversidade** é fundamental para projetar o desenvolvimento sustentável de uma região.

A **nível hidrográfico**, o concelho de Alandroal integra a grande bacia do rio Guadiana, incidindo nas sub-bacias hidrográficas de cinco afluentes sucessivos da margem direita deste rio, que são de montante para jusante, Ribeira de Mures, Ribeira da Asseca, Ribeira de Pardais, Ribeira de Lucefécit e Ribeira de Azevel. Estas ribeiras apresentam a direção Noroeste – Sudoeste e drenam diretamente para o rio Guadiana. A sudoeste encontra-se uma área pertencente a um afluente da bacia hidrográfica do Degebe - (Figura 2).

---

<sup>3</sup> A elaboração deste subcapítulo baseou-se essencialmente no estudo de 'Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume II – Domínio Biofísico e Ambiental - Versão Preliminar' (2012).



**Figura 2** - Bacia hidrográfica do concelho de Alandroal

Da leitura efetuada podemos afirmar que o território municipal apresenta uma rede hidrográfica com alguma expressão, sendo as sub-bacias com maior incidência territorial respetivamente:

- Ribeira do Luçefécit – linha de água que ocupa maior território no concelho, atravessando-o sensivelmente a meio;
- Ribeira de Azevel – linha de água que se desenvolve a Sul do concelho, confinando com o seu limite;
- Ribeira de Asseca e Pardais – linhas de água que se desenvolvem a Norte do concelho.

No rio Guadiana e na Ribeira do Luçefécit localizam-se duas importantes albufeiras para o território do Município: a albufeira de Luçefécit, cuja barragem se situa no

concelho, e a albufeira de Alqueva cuja barragem se situa a jusante, nos concelhos de Moura e Portel<sup>4</sup>.

O Aproveitamento Hidroagrícola do Lucefécit encontra-se integralmente no concelho de Alandroal, distribuído pelas freguesias de Terena (São Pedro), Nossa Senhora da Conceição e Santo António de Capelins, beneficiando uma área de 1179 hectares, dos quais 229 são regados por gravidade e os restantes 950 são regados por aspersão. As principais culturas resultantes deste aproveitamento hidroagrícola são o milho, girassol, prados e forragens, olival e vinha.

A albufeira do Alqueva é importante para o concelho de Alandroal, sobretudo a nível turístico. Existem empresas no concelho, que se dedicam exclusivamente à organização eventos ligados ao plano de água (passeios de barco, passeios de balão, desportos náuticos e concursos de pesca). O potencial agrícola também é elevado, embora existam imensas potencialidades ainda não exploradas.

Além destas albufeiras há ainda que salientar que existem no concelho cerca de trinta pequenas barragens que asseguram pequenas áreas de reservas de água.

Relativamente à qualidade das águas, há que assinalar os resultados da albufeira do Lucefecit, que são recorrentemente maus, considerando a classificação para usos múltiplos. Para este aspeto contribuem parâmetros vulgarmente associados a contaminação orgânica, previsivelmente de origem urbana, pecuária e/ou de práticas de fertilização com efluentes industriais e efluentes urbanos. Em contrapartida a qualidade do rio Guadiana no troço que está ligado ao concelho apresenta valores muito mais positivos. No ano 2009, na estação do Monte da Vinha, a cerca de 14 Km a montante do território municipal, foi considerada excelente.

No concelho de Alandroal ocorrem **unidades pedológicas** que compreendem os **luvissoles** (luvissoles órticos, luvissoles rodocrómicos cálcicos, luvissoles rodocrómicos cálcicos vérticos, luvissoles férricos) e **litossolos** (litossolos êutricos associados a livissolos)<sup>5</sup> - (Figura 3).

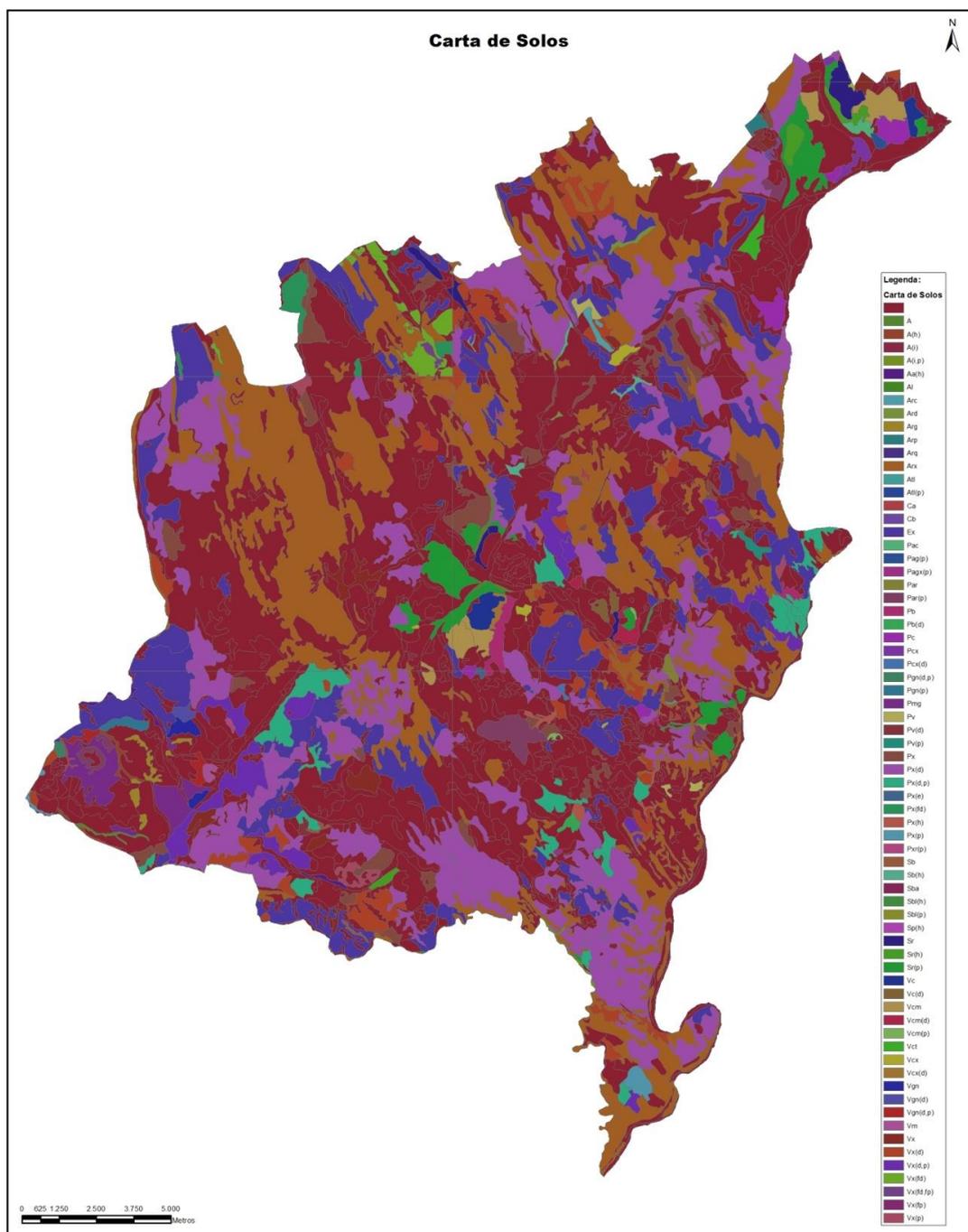
Os litossolos êutricos predominam no concelho, com cerca de 97,2 % da superfície total. A maioria destes solos apresentam baixo nível de fertilidade e limitações severas a muito severas para atividades agrícolas devido a elevados riscos de erosão. Perante estas limitações, o uso do solo é vocacionado para atividades florestais.

---

<sup>4</sup> O empreendimento de Alqueva, explorado pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA (EDIA) é usado para fins múltiplos, como rega, abastecimento urbano, produção hidroelétrica e reserva.

<sup>5</sup> Com base na **Carta de Solos de Portugal**, segundo o esquema de classificação da FAO-UNESCO (disponibilizada pelo Atlas do Ambiente no Website da Agência Portuguesa do Ambiente - <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>)

Este cenário altera-se na proximidade das principais linhas de água, onde os solos apresentam poucas limitações e, como tal, uma boa capacidade de uso.



**Figura 3** - Carta de solos do concelho de Alandroal (Fonte: CMA)

O concelho do Alandroal apresenta 3% do seu território classificado nos termos do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, através da inclusão de uma área com 1677 ha pertencentes ao Sítio PTCON0032 – Guadiana/Juromenha.

Este Sítio foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto, e abrange parte do troço transfronteiriço do rio Guadiana. Nesta área, o rio Guadiana é marginado por encostas com uma forte cobertura de azinhal de *Quercus rotundifolia* (habitat 9340) e por áreas de montado (habitat 6310) com elevado interesse conservacionista, que surgem acompanhados por matagais e matos baixos meso-xerófilos de características mediterrânicas (habitat 5330). Em zonas aluvionares e coluvianares surgem as formações ripícolas de *Securinega tinctoria* (tamujo) e *Nerium oleander* (loendro) (habitat 92D0), e de *Salix alba* (salgueiro-branco) e *Populus alba* (choupo-branco) (habitat 92A0).

Destaca-se também a presença de espécies endémicas, constantes do anexo B-II do Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, tais como *Marsilea batardae*, *Festuca duriotagana*, *Salix salvifolia* spp. *australis* e *Narcissus humilis*.

Este local apresenta condições ótimas para a ocorrência de espécies piscícolas como *Barbus comiza* (cumba), *Rutilus lemmingii* (boga-de-boca-arqueada) e *Lutra lutra* (lontra), entre outros, igualmente constantes do Anexo B-II, daquele diploma. Algumas espécies de morcegos como o *Myotis myotis* (morcego-rato-grande) têm na zona de montado uma importante fonte de alimentação.

As áreas agro-silvo-pastoris, as áreas agrícolas arvenses e as áreas florestais são as principais ocupações do solo, não constituindo fatores de ameaça à conservação dos valores naturais existentes neste Sítio.

A Barragem do Alqueva, pelo contrário, constituiu num primeiro momento o principal elemento de risco devido à destruição de vegetação e flora ripícola por submersão, sendo que atualmente esse risco está relacionado com a sua crescente procura para a prática de atividades de recreio e lazer.

A importância das linhas de água para a **biodiversidade** é também extensível à Ribeira do Lucefécit, a qual uma fauna piscícola de elevado interesse. Esta linha de água encontra-se, classificada como águas piscícolas de ciprinídeos, na qual ocorrem

---

<sup>6</sup> Esta informação foi baseada no documento 'Diagnóstico para a Sustentabilidade do Alandroal - Agenda 21 local' (2011).

ou podem vir a ocorrer espécies da família *Cyprinidae* como: *Leuciscus* spp. (escalo), *Chondrostoma* spp. (boga) e *Barbus* spp. (barbo).

Apesar do seu valor ecológico, a albufeira do Lucefécit é frequentemente sujeita a contaminação orgânica devido a atividades urbanas, pecuárias e agrícolas (assentes em praticas de fertilização com efluentes pecuários).

Ainda assim, a atividade agrícola, através dos sistemas de regadio, comporta alguns benefícios ambientais, como a manutenção de zonas húmidas durante todo o ano com importância para algumas espécies cinegéticas.

## Atividades Económicas<sup>7</sup>

As **atividades económicas**, tal como os recursos ambientais, são fundamentais para o desenvolvimento do concelho. As principais atividades económicas do concelho de Alandroal são, a agricultura, a indústria transformadora e o turismo.

Atualmente estão sediadas no concelho do Alandroal 469 empresas, em diversos setores, com predomínio da indústria transformadora, construção, comércio por grosso e a retalho, alojamento, restauração e turismo.

O comércio por grosso e a retalho e a indústria transformadora são os setores que albergam maior número de empresas e, empregam mais pessoal. Porém, a maioria das empresas tem um rácio de pessoas ao serviço, muito reduzido. Cerca de 99% empregam menos de 10 pessoas e 78% são empresas individuais.

A **atividade agrícola** tem uma importância significativa no concelho do Alandroal, sendo esta atividade sobretudo de natureza familiar.

A maioria das explorações é de pequena dimensão, na ordem dos 26 ha/exploração. Estas empregam poucos trabalhadores, geralmente familiares do proprietário e apenas sazonalmente, sendo que os trabalhadores que se encontram a tempo completo nas explorações, em geral, não têm qualquer grau de parentesco com o produtor ou dono da exploração.

---

<sup>7</sup> Baseado no estudo 'Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume III – Domínio socio – económico e cultural - Versão preliminar' (2012).

A superfície agrícola no concelho de Alandroal é composta por 70% de pastagens permanentes e 17% por culturas temporárias.

No que se refere à **atividade pecuária**, e para que se possa perceber o seu significado, os dados do ano 2012, apontam para um valor de produção de 54263 efetivos animais. Sendo que a criação de ovinos e bovinos é responsável pela maioria da atividade, nomeadamente em cerca de 40% da produção de ovinos e 26% da produção de bovinos.

A **indústria transformadora** emprega atualmente 295 trabalhadores, em todo o concelho, um número que tem vindo a crescer desde o ano 2009, contrariamente ao que se passa na região do Alentejo Central.

A distribuição do número de empresas de indústria transformadora por tipologia, em 2010, revela a maior representatividade no concelho de Alandroal das indústrias alimentares (31), das indústrias de fabricação de produtos metálicos (8), das indústrias da madeira (carpintaria) e da cortiça (7).

Acredita-se que o número de empresas ligadas à indústria alimentar ainda pode crescer, uma vez que muitos produtos locais, não são processados industrialmente no concelho.

Relativamente à **atividade turística**, o concelho do Alandroal possui vários fatores que a podem potenciar, nomeadamente o património natural e cultural e a localização junto à albufeira do Alqueva. Porém esta atividades tem-se apresentado estagnada nas últimas décadas.

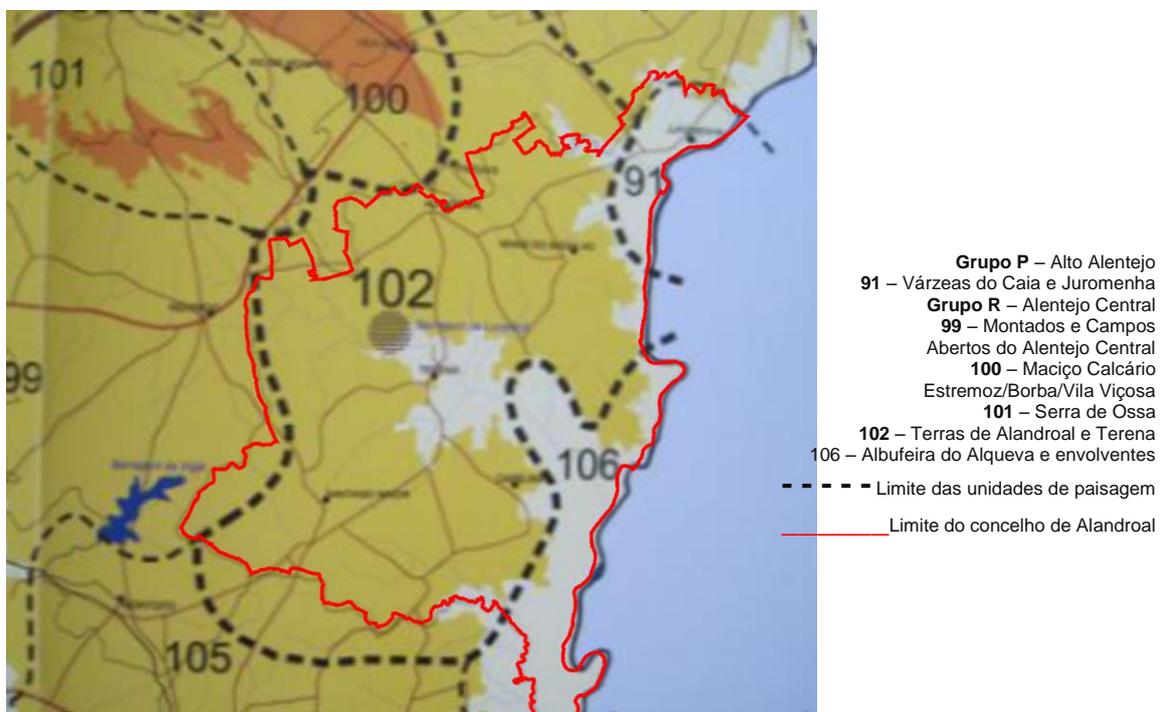
Na totalidade do concelho, em 2010, encontravam-se 16 empreendimentos turísticos, na sua maioria Turismo em Espaço Rural correspondendo a 216 camas de capacidade. Encontra-se ainda prevista a execução de mais dois empreendimentos turísticos, perfazendo mais 76 camas, e a construção de um Parque de Campismo em Terena com uma capacidade de 400 utentes.

Devido à proximidade com Empreendimento de Fins múltiplos do Alqueva, o concelho de Alandroal apresenta características diferentes de outros concelhos do Alentejo, assim tem aparecido outras tipologias de turismo como o turismo náutico.

## 1.2 – Paisagem

### 1.2.1 – Unidades de paisagem do concelho de Alandroal<sup>8</sup>

De acordo com o estudo realizado pela Universidade de Évora “*Contributos para a Identificação e Caracterização de Unidades de Paisagem de Portugal Continental*”, o concelho de Alandroal compreende dois grupos de unidades de paisagem, subdivididos em seis unidades de paisagem (figura 4):



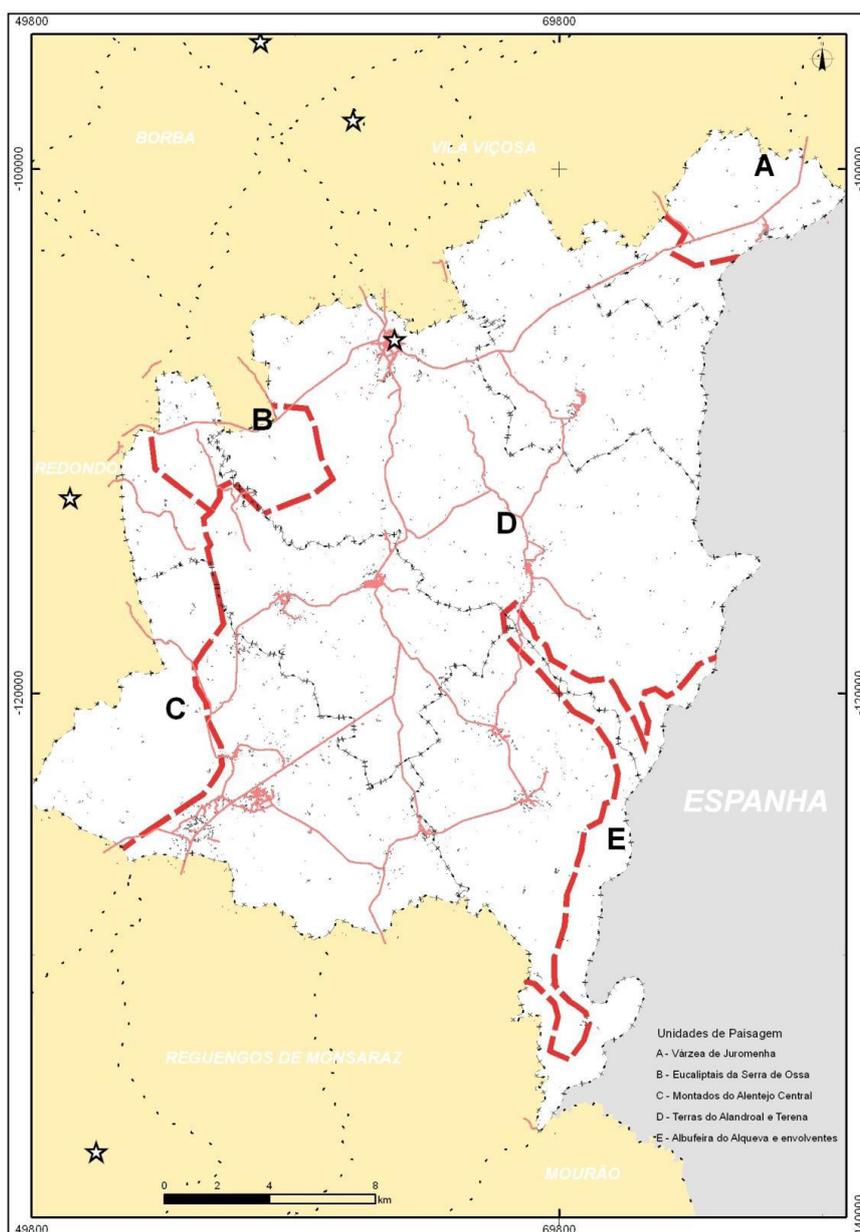
**Figura 4** - Unidades de Paisagem na área de estudo – Fonte: Estudo ‘Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental’ (2004)

No Plano Diretor Municipal, em revisão, foram ajustadas as unidades de paisagem identificadas a nível nacional. Tal procedimento de adaptação dessas unidades

<sup>8</sup> Baseado nos estudos: ‘Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental’ (2004) e ‘Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume II – Domínio Biofísico e Ambiental - Versão preliminar’ (2012)

resultou da necessidade de serem afinadas à escala em estudo (ponderando-se sobretudo os parâmetros relevo, geologia e ocupação do solo)<sup>9</sup>.

O aprofundamento das unidades identificadas confirmou quase todas as unidades delimitadas à exceção da unidade de paisagem 100 – Maciço Calcário Estremoz/Borba/Vila Viçosa, que foi eliminada pois abrangia uma parte residual a Norte do concelho (Figura 5).



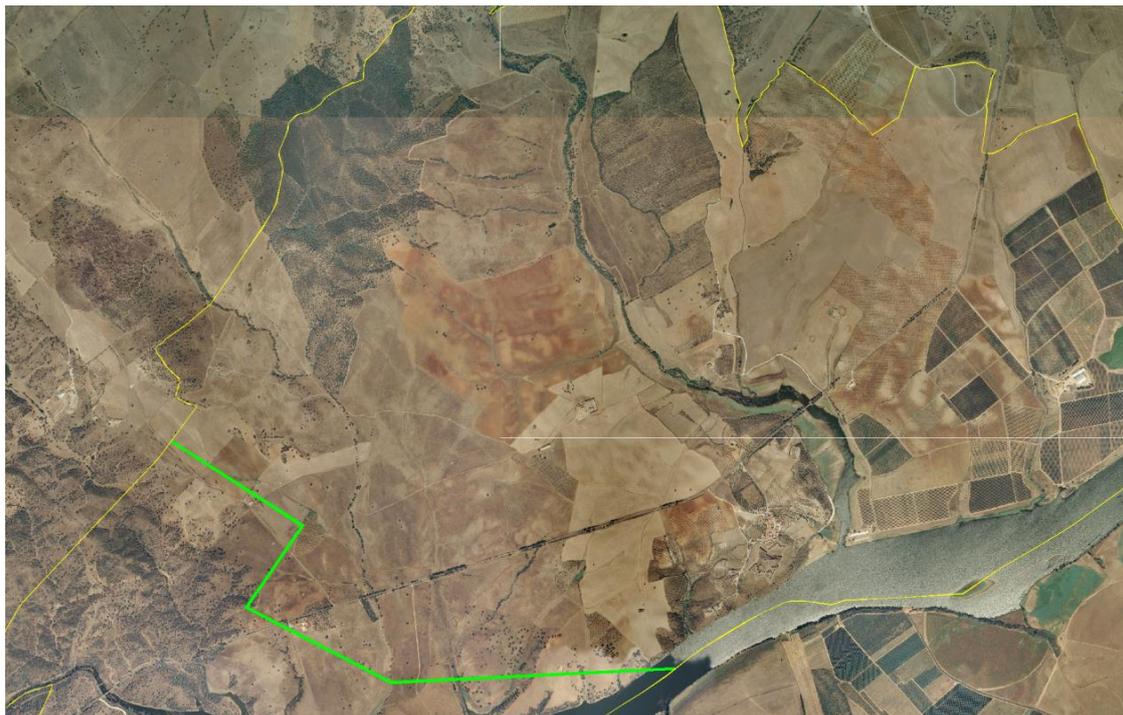
**Figura 5** – Unidades de Paisagem para o concelho de Alandroal

<sup>9</sup> O estudo realizado pela Universidade de Évora está à escala 1/25000, pelo que foi necessário proceder a um ajustamento das unidades de paisagem, para uma escala de maior detalhe, mais concretamente a escala 1/10000.

Esta unidade deve o seu nome à planície aluvial do rio Guadiana. Neste troço, o rio apresenta um vale largo comparando com o vale a Sul do concelho, que se encontra encaixado. A paisagem da Várzea de Juromenha é caracterizada por um relevo suave, que se transforma em ondulado, à medida que se afasta da linha de água.

O solo apresenta culturas agrícolas exploradas de modo intensivo, devido à disponibilidade de água. Os campos surgem pouco arborizados, apresentando uma forte variação cromática nos períodos secos do ano, contrastando as culturas de sequeiro com as culturas irrigadas (Figura 6).

A biodiversidade nesta unidade é moderada a elevada, sendo abrangida pelo Sítio Natura 2000 do Guadiana/Juromenha com montados, floresta-galerias e galerias ribeirinhas termomediterrânicas.



**Figura 6** – Unidade de Paisagem Várzea de Juromenha (Fonte: CMA)

— Limite da unidade de paisagem  
— Limite do concelho de Alandroal

<sup>10</sup>No estudo efetuado a nível nacional esta unidade corresponde à unidade 91 – Várzeas do Caia e Juromenha

A Vila Juromenha fica localizada na confluência da Ribeira de Mures com rio Guadiana, na margem direita. Esta margem da ribeira é pontuada com uma elevação que atinge os 212 m, descendo em escarpa para o Guadiana, o que permite um domínio visual sobre o rio e a várzea de Olivença (Espanha) - (Figura 7).



**Figura 7** - Vila e várzea de Juromenha (Imagens retiradas de <http://alandroal.blogspot.pt/> e <http://fotos.casa.gov.pt/>)

### Eucaliptais da Serra de Ossa<sup>11</sup>

Esta unidade apresenta um relevo ondulado, dominado pela orientação NO-SE. O território é percorrido por três linhas de drenagem principais, que acompanham a orientação dominante. A Ribeira do Lucéfécit surge muito meandrizada, num vale muito encaixado contrariando o relevo dominante desta unidade (Figura 8).

---

<sup>11</sup> No estudo efetuado a nível nacional esta unidade corresponde à unidade 101 – Serra de Ossa



**Figura 8** – Ribeira do Luceférit ladeada de eucaliptal (imagens cedidas por João domingos Piteira)

A paisagem é dominada pelo eucaliptal, que se estende até à Serra de Ossa, razão do nome da unidade. Face à aptidão do solo, o uso dominante é desadequado, levando à degradação do solo e dos recursos hídricos.

O domínio do eucaliptal, monocultura de exploração intensiva, leva a que a biodiversidade seja baixa. A paisagem é bastante monótona, com vistas muito condicionadas pelo povoamento florestal (Figura 9).



**Figura 9-** Unidade de Paisagem Eucaliptais da Serra de Ossa (Fonte: CMA)

— Limite da unidade de paisagem  
— Limite do concelho de Alandroal

O território desta unidade é suave a ondulado, apresentando um domínio mais suave a Sul e mais moderado a Norte, mas com uma ocupação dominante do sistema montado, em particular do montado de azinho.

Trata-se de uma planície ondulada onde o montado apresenta uma baixa densidade nas zonas de declives mais suaves e uma densidade um pouco mais elevada em zonas de declives moderados. A pontuar a paisagem surgem, as tradicionais edificações humanas conhecidas por montes, muitos deles abandonados (Figura 10).



**Figura 10** – Planície ondulada e montado com baixa densidade, Hortinhas, imagens em cima, Ferreira de Canelins, imagens em baixo

Na paisagem destacam-se as galerias ripícolas do domínio do freixo, mesmo de linhas de água pouco importantes.

A unidade apresenta coerência de usos e funções, de acordo com as condições biofísicas e apresenta uma riqueza biológica moderada.

---

<sup>12</sup> A nível nacional, esta unidade de paisagem encontra-se integrada na unidade 99 – Montados e Campos Abertos do Alentejo.

A paisagem transmite tranquilidade e um sentimento de desconpressão suscitado pelo ondulado do território e a variação na densidade do montado (Figura 11).



**Figura 11** - Unidade de Paisagem Montados do Alentejo Central (Fonte: CMA)

— Limite da unidade de paisagem  
— Limite do concelho de Alandroal

### Terras de Alandroal e Terena<sup>13</sup>

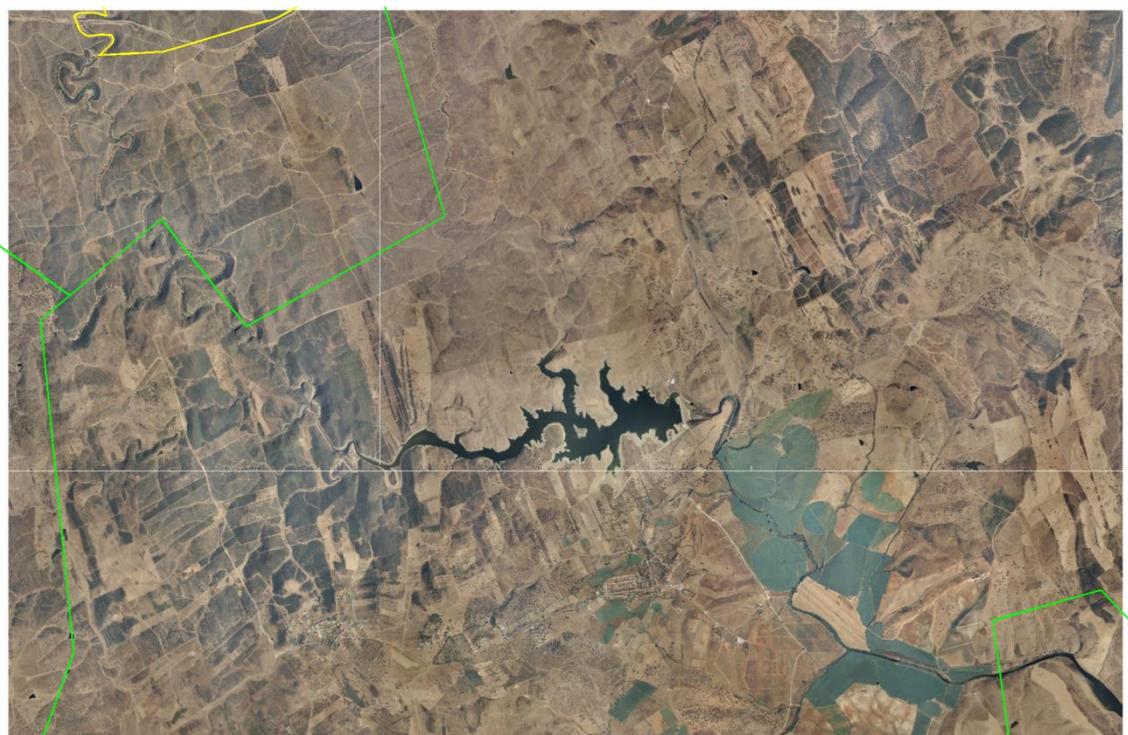
Esta unidade apresenta-se em anfiteatro para o rio Guadiana com as cotas mais elevadas no seu limite Poente e as mais baixas junto ao rio e Albufeira do Alqueva. A paisagem apresenta um ondulado moderado, comum nas paisagens erodidas de xisto, interrompido ocasionalmente por linhas de água encaixadas.

O uso do solo é bastante diversificado, criando um mosaico composto por montados, pastagens, culturas de sequeiro, culturas de regadio, matos e eucaliptais. As culturas de regadio surgem em áreas de declive mais suave, de maior profundidade do solo e disponibilidade de água, o que acontece por exemplo junto à Ribeira do Lucefécit. A unidade é marcada, à semelhança da “Várzea de Juromenha”, por um contraste

<sup>13</sup> Esta unidade de paisagem integra a maior parte da unidade de paisagem 102 – terras de Alandroal, definida a nível Nacional.

acentuado nos períodos secos entre as áreas regadas, que se apresentam verdejantes e as envolventes que se apresentam secas.

A paisagem oferece um mosaico diversificado de cariz agrícola, pontuado por um povoamento escasso e concentrado de baixa densidade. Os aglomerados surgem envolvidos por uma periferia de policulturas compostas por hortas, olival, vinha e pomares. A pontuar o território surgem assentos de lavoura, por vezes abandonados e pequenas represas de água (Figura 12).



**Figura 12** - Unidade de Paisagem Terras de Alandroal e Terena (Fonte: CMA) — Limite da unidade de paisagem  
— Limite do concelho de Alandroal

As linhas de água apresentam galerias ripícolas bem constituídas em que domina o freixo, o que facilita a leitura da paisagem, que apresenta vales pouco encaixados, e cria corredores ecológicos importantes numa paisagem por vezes de uso intensivo.

Na generalidade a unidade apresenta usos e funções coerentes, dada a distribuição diversificada e adequada às condições existentes. A biodiversidade é média/alta beneficiando do uso coerente do território, acentuado por áreas de montado e matos e galerias ripícolas bem constituídas.

A unidade apresenta um vasto património histórico e cultural, espalhado por toda a unidade, concentrando-se preferencialmente junto de linhas de água e aglomerados

urbanos. O património classificado está localizado na sua maioria nos aglomerados urbanos de Alandroal e Terena (Figura 13).



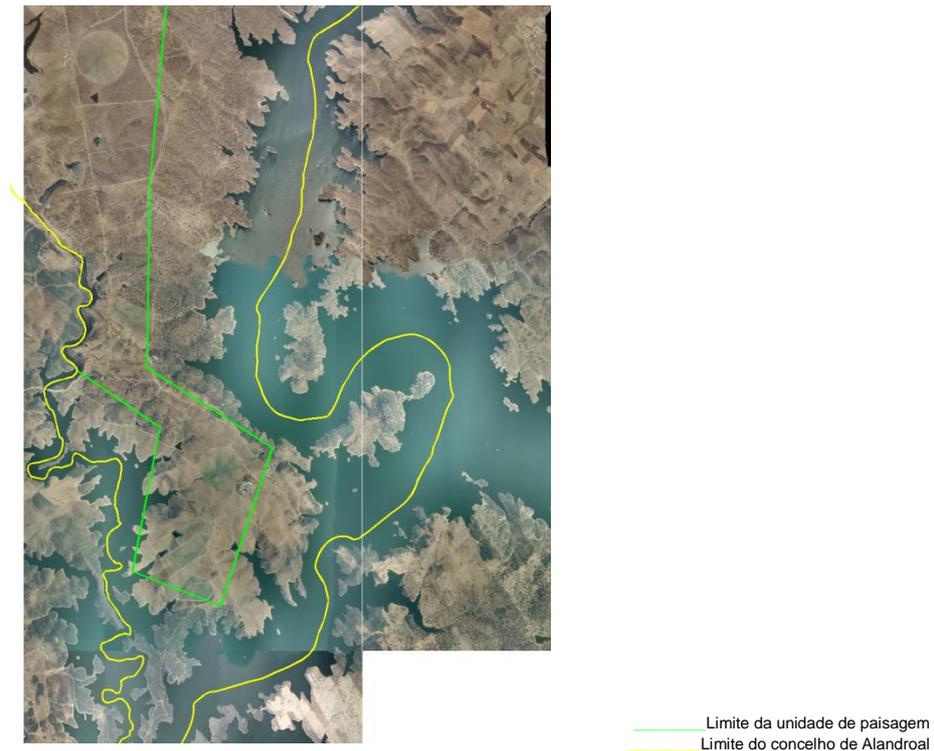
**Figura 13** - Vila de Terena e Capela de Nossa Senhora da Boa Nova

Na paisagem destacam-se os Castelos de Alandroal e o de Terena, pela sua posição fisiográfica e pelas extensas panorâmicas que abrangem o território português e espanhol, a albufeira do Lucefécit, pelo plano de água que oferece, e o rio Guadiana, que limita a Nascente a unidade.

### Albufeira do Alqueva e envolventes<sup>14</sup>

A paisagem da “Albufeira do Alqueva e envolventes” desenvolve-se ao longo do espaço anteriormente considerando rio Guadiana e no final da Ribeira do Lucefécit. Após a construção da barragem do Alqueva em 2002, a albufeira começou a encher, atingindo pela primeira vez o Nível Pleno Abastecimento (NPA), a cota 152m, em 2010 (Figura 14).

<sup>14</sup> Esta unidade de paisagem integra parte da unidade de paisagem 106 – Albufeira do Alqueva e envolventes, definida a nível Nacional.



**Figura 14** - Unidade de Paisagem Albufeira do Alqueva e envolvente Fonte: CMA

As oscilações significativas que ocorrem quer ao longo do ano, quer entre os diferentes anos fazem com que esta paisagem apresente grande dinamismo. A unidade apresenta uma altitude máxima de 175 metros, perfazendo uma diferença de apenas 25 metros, quando a albufeira tiver atingido o NPA.

Uma vez que existem diferenças consideráveis no nível de abastecimento, as margens apresentam diferentes características consoante o seu declive. Na área correspondente ao rio Guadiana as zonas inter-níveis variam de dimensão consoante o troço é mais declivoso ou mais suave, enquanto na Ribeira do Lucefécit as zonas inter-níveis têm maior expressão, devido à maior homogeneidade dos declives.

A paisagem sofre mais alterações nos troços de declives moderados a suaves, alternando um plano de água com vegetação na fase em que atinge o NPA, com as fases em que são visíveis faixas desprovidas de vegetação, por vezes, lamacentas.

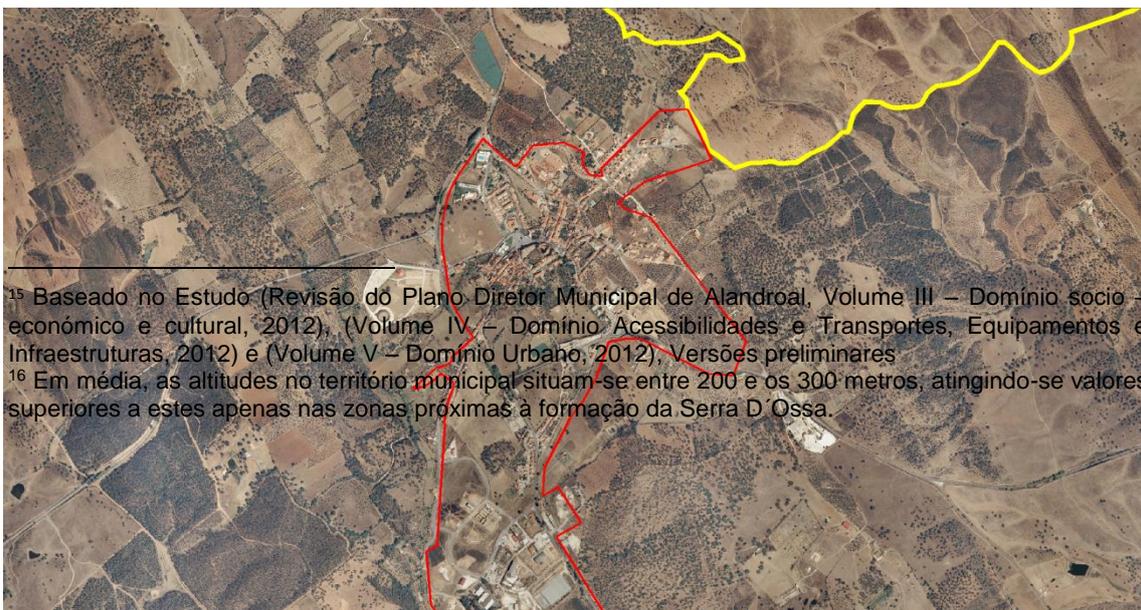
As visões díspares que se podem observar transmitem sensações diferentes - por um lado, quando atinge o NPA, surge uma paisagem agradável, de frescura e luminosidade particular; esta contrasta com as fases em que são visíveis as zonas inter-níveis, e em que se torna 'estranho' e mesmo desagradável a existência das faixas de terreno árido (Figura 15).



**Figura 15** – Albufeira do Alqueva junto à aldeia do Rosário e Azenha D’el Rei (Montejuntos)

### 1.2.2 – Vila do Alandroal <sup>15</sup>

O Alandroal foi elevado à categoria de vila em 1486, por uma Carta de Foral atribuída por D. João II. A vila situa-se a nordeste da cidade de Évora e a sudeste da cidade de Estremoz e ergue-se a 341 metros de altitude, sendo um dos pontos mais altos do concelho<sup>16</sup>. A figura 16 representa o limite do perímetro urbano da vila do Alandroal.



<sup>15</sup> Baseado no Estudo (Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume III – Domínio socio-económico e cultural, 2012), (Volume IV – Domínio Acessibilidades e Transportes, Equipamentos e Infraestruturas, 2012) e (Volume V – Domínio Urbano, 2012), Versões preliminares

<sup>16</sup> Em média, as altitudes no território municipal situam-se entre 200 e os 300 metros, atingindo-se valores superiores a estes apenas nas zonas próximas à formação da Serra D’Ossa.

**Figura 16** – Limite do perímetro urbano da vila do Alandroal (Fonte: CMA)

No ponto mais alto localiza-se o núcleo mais antigo da vila – o castelo – um recinto muralhado datado do século XIII. A primeira pedra foi lançada em 1294 e a construção ficou concluída em 1298. Em 1774 foi construída a torre do relógio e, em 1802 foi demolida a torre ou campanário primitivo onde esteve a primitiva torre do relógio. O recinto encerra no seu interior uma área de 7040 m<sup>2</sup>, onde se localiza a igreja Matriz e largo envolvente, um olival, com 2046 m<sup>2</sup> e um largo com cerca de 2013 m<sup>2</sup>, onde até há duzentos anos atrás se localizava o cemitério da vila. A figura 17 representa o resultado de algumas escavações recentes, no largo do antigo cemitério.



**Figura 17** – Escavações realizadas no interior do castelo do Alandroal, na zona do antigo cemitério (Imagens cedidas por José Carlos Melrinho)

Em volta do castelo localiza o edifício dos Paços do Concelho, a Praça da Republica e o Largo do Arrequiz – (Figura 18). Estes dois espaços abertos são essenciais para a vida da vila, uma vez que recebem importantes eventos como as festas populares, a semana da juventude e os mercados semanais.



**Figura 18** – Vila do Alandroal (Imagens retirada de <http://alandroal.blogspot.pt/> )

O património arquitetónico de cariz religioso é indissociável da malha urbana do Alandroal e da paisagem rural envolvente, onde as igrejas constituem uma vasta e rica herança. À semelhança de outras vilas de origem medieval, no Alandroal o lugar central é a igreja, em torno da qual existiam espaços destinados a outras funções – este aspeto é claramente identificável no Largo da Matriz, o espaço aberto mais importante interior ao recinto muralhado e ligado, através da porta principal, ao Largo do Arrequiz e Praça da República – Figura 19.



**Figura 19** - Igreja Matriz e largo envolvente

Os imóveis de maior interesse na vila do Alandroal e envolvente são, o Castelo do Alandroal (imóvel classificado como MN – Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910), a Fonte das Bicas / Fonte Monumental da Praça (imóvel em vias de classificação), o Edifício dos Paços do Concelho de Alandroal, o Pelourinho de Alandroal, os Passos do Senhor, a Ermida de S. Bento, a Ermida de Nossa Senhora da Consolação, a Igreja Matriz de N.ª Sr.ª da Conceição, a Capela de Santo António, a Ermida de S. Pedro, a Capela de São Sebastião, a Ermida de Nossa Senhora da Vitória, a Ermida de Santo Amaro, o Hospício e Ermida de Nossa Senhora da Saúde e a Ermida de N.ª Sr.ª das Neves - (Figura 20).





**Figura 20** - Fonte das Bicas, Castelo do Alandroal, Edifício dos Paços do Concelho, Ermida de Nossa Senhora da Consolação, Pelourinho, Ermida de S. Pedro, Capela de Santo António e Ermida de S. Bento

A mais expressiva expansão habitacional decorreu na última metade de século, com tendência a uma gradual redução e maior crescimento na última década do século passado (Quadro 1). De notar que a tendência de crescimento do parque habitacional foi contrária à tendência de evolução demográfica, o que é revelador da diminuição da dimensão familiar.

Época de construção						
Número de edifícios existentes datados:	Antes de 1919	De 1919 a 1945	De 1946 a 1970	De 1971 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2011
	27	104	290	458	343	254

**Quadro 1** - Número de edifícios, por época de construção, na vila do Alandroal

A vila do Alandroal concentra também a maioria dos equipamentos coletivos destinados à prestação de serviços às coletividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, proteção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de atividades culturais, de recreio e lazer e de desporto.

A escola EBI Diogo Lopes Sequeira, única escola do concelho com o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, recebe os 262 alunos matriculados e oriundos de todas as freguesias.

O centro de saúde do Alandroal (inaugurado no ano 2005) dispõe de consultas de medicina geral e familiar todos os dias úteis, encontrando-se aberto 7 dias por semana<sup>17</sup>.

Os equipamentos de Solidariedade e Segurança Social disponíveis na vila do Alandroal enquadram-se em diversas tipologias, como se pode verificar pelo quadro 2<sup>18</sup>, cuja gestão cabe exclusivamente a duas instituições (o Centro Social e Paroquial de Alandroal e a Santa Casa da Misericórdia).

Instituição	Designação do Equipamento (classificação)	Valências
Coeiro – Centro de Observação e Encaminhamento para Infância em Risco	Coeiro – Centro de Observação e Encaminhamento para Infância em Risco	Centro de Acolhimento Temporário
Centro Social Paroquial de Alandroal	Creche Anastácia Franco de Carvalho	Creche
	Apoio Integrado à Família	Atendimento/Acompanhamento Familiar
Santa Casa da Misericórdia de Alandroal	Lar e Centro de Dia para Idosos da Santa Casa da Misericórdia	Intervenção Precoce
	Lar e Centro de Dia para Idosos da Santa Casa da Misericórdia	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
	Lar e Centro de Dia para Idosos da Santa Casa da Misericórdia	Centro de Dia
	Lar e Centro de Dia para Idosos da Santa Casa da Misericórdia	Lar de Idosos
	Lar e Centro de Dia para Idosos da Santa Casa da Misericórdia	Apoio Domiciliário Integrado

**Quadro 2** - Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social na vila do Alandroal

No que respeita ao desporto, o Alandroal concentra a maioria dos equipamentos (piscina coberta e descoberta, campo de ténis, campo polidesportivo, campo de futebol e campo de rugby). A sede de concelho serve assim as restantes freguesias do concelho, que apenas dispõem de pequenos campos polidesportivos e de futebol.

<sup>17</sup> Dispõe também de consultas de saúde infantil, saúde materna e de planeamento familiar. Distingue-se também pela iniciativa, pioneira no distrito de Évora, na aplicação de telemedicina, funcionando, atualmente, com as especialidades de Endocrinologia, Cirurgia, Dermatologia, Neurologia, Ortopedia e Pneumologia.

<sup>18</sup> A classificação efetuou-se de acordo com as Normas da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

## 2 – Agenda 21 Local

A **Agenda 21 Local** surgiu na sequência da Cimeira da Terra, em 1992, tendo resultado num documento orientador, que tem como objetivo promover a elaboração de estratégias e medidas integradas que evitem e invertam os efeitos da degradação ambiental, de forma a alcançar um desenvolvimento compatível com o ambiente e

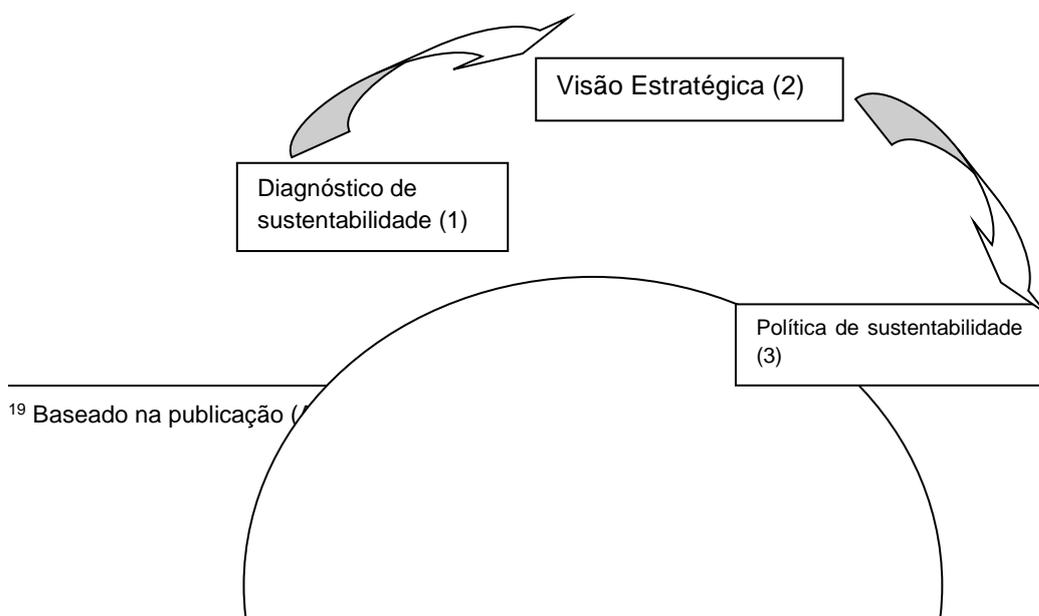
sustentável em todos os países. Dez anos depois da Cimeira da Terra, em Joanesburgo, este propósito foi reforçado e registaram-se mais de 5000 Agendas em todo o mundo.

Portugal também assumiu este compromisso internacional e configurou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que aponta para a necessidade das comunidades locais assumirem e desenvolverem as suas próprias estratégias de sustentabilidade.

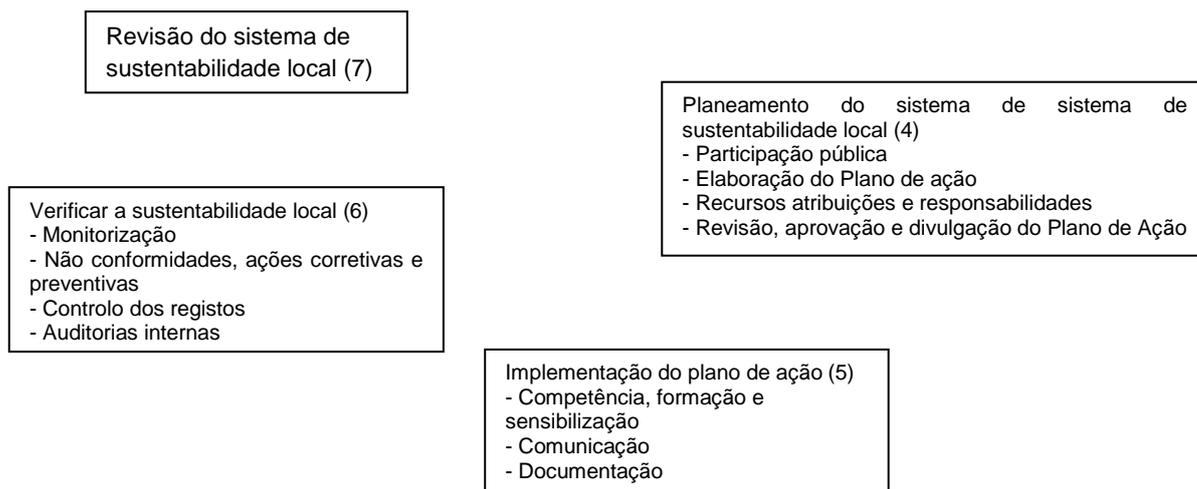
A CMA no intuito de contribuir ativamente para a sustentabilidade do concelho decidiu promover a elaboração e implantação da Agenda 21 Local do Alandroal. Os trabalhos tiveram início em Abril de 2011 e toda a população e agentes locais foram convidados a participar.

Como já afirmámos o processo foi desenvolvido em parceria com a empresa “*Tterra*”. Salienta-se o facto dos técnicos municipais terem sido fundamentais no decurso dos estudos, uma vez que são eles que conhecem e dominam as potencialidades e fraquezas do território.

A elaboração e implantação da **Agenda 21 Local** processa-se de acordo com o esquema seguinte<sup>19</sup> – (Figura 21):



<sup>19</sup> Baseado na publicação (



**Figura 21** – Esquema de elaboração e implantação da Agenda 21 Local

A primeira fase corresponde à elaboração do **Diagnóstico para a Sustentabilidade**, que consiste na identificação dos principais problemas, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento do território. O Diagnóstico da Sustentabilidade contempla:

- Caracterização do território segundo as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, económico e cultural);
- Identificação das potencialidades e estrangulamentos existentes;
- Identificação do impacte das atividades humanas na sustentabilidade.

Ao **Diagnóstico para a sustentabilidade** seguiu-se o período de **Consulta Pública**, onde todos foram convidados a participar. Numa primeira fase foram aplicados questionários à população nas várias aldeias e vilas do concelho, posteriormente realizou-se uma sessão pública de esclarecimento na Câmara Municipal, numa tentativa de chegar o mais próximo possível da população e agentes locais.

Este documento (Diagnóstico para a Sustentabilidade do Alandroal) analisa, considerando uma visão integradora e critérios de sustentabilidade, o estado atual do concelho do Alandroal e, serve de apoio à definição da **Visão Estratégica** que será o enfoque do **Plano de Ação**.

Os inquéritos foram aplicados no período compreendido entre 19 de Outubro e 25 de Novembro de 2011. Foram obtidas 850 respostas. Após o tratamento dos dados recolhidos nos inquéritos, realizou-se uma sessão de apresentação em cada freguesia, onde foram recolhidas mais opiniões dos munícipes.

## 2.1 – Diagnóstico para a sustentabilidade

Ao nível do Diagnóstico para a Sustentabilidade importa entender o impacto das principais atividades humanas no meio ambiente.<sup>20</sup>

A avaliação resumida nos quadros 3, 4, 5 e 6 contempla a categorização através dos impactes na sustentabilidade {positivos (+), negativos (-) ou nulos (0)}, causas e consequências, de atividades humanas com a agricultura, indústria transformadora, turismo e construção e aglomerados populacionais

---

<sup>20</sup> A caracterização do território e as potencialidades e estrangulamentos foram abordados no primeiro capítulo deste relatório.

Recursos		Impactes			Causa (ação)	Consequência
		+	0	-		
Ambiental	Água		x		Utilização da água	Verifica-se que os consumos são reduzidos, pelo que o contributo dos aglomerados urbanos no esgotamento dos recursos hídricos subterrâneos é previsivelmente muito reduzida.
			x		Produção de águas residuais	Grande parte da população do concelho residente em lugares é servida por estações de tratamento de águas residuais, pelo que a contaminação dos meio recetores em consequência das descargas é de baixo risco.
	Ar		x		O tráfego automóvel é uma das principais fontes de poluição atmosférica	Degradação da qualidade do ar
	Ambiente sonoro			x	O tráfego rodoviário é uma das principais fontes de ruído	Níveis de ruído elevado em algumas áreas da rede viária.
	Solo e usos do solo		x		Dinamismo do parque habitacional	Alteração pouco significativa do coberto vegetal
				x	Construção da Barragem do Alqueva	Submersão de solos aluvionares com aptidão agrícola
	Biodiversidade			x	Construção da Barragem do Alqueva	Eliminação e/ou submersão de vegetação com interesse conservacionista existente nas margens do rio Guadiana.
	Resíduos			x	Tendência ascendente da produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Se os resíduos produzidos não entrarem no circuito de gestão, poderão contaminar o solo e a água.
			x	Produção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	A existência do Aterro de Resíduos Inertes permite que alguns dos RCD possam ser devidamente encaminhados, eliminando-se, assim, um foco de poluição caso o seu destino fosse um depósito ilegal.	
Consumo de Energia			x	Elevado consumo doméstico de energia elétrica	Aumento da emissão de gases de efeito estufa	
Social	População	x			Melhores condições de vida do que nas habitações isoladas, face a uma maior proximidade e centralização de serviços/bens.	Contribui para a fixação da população.
	Emprego	x			Criação e concentração de postos de trabalho comparativamente com as zonas mais rurais e isoladas.	Criação de emprego que contribui para a fixação da população.
	Edificado	x			Tecido urbano consolidado.	Maior facilidade na gestão dos recursos e do território.
	Educação	x			Existência de infraestruturas e equipamentos escolares desde o ensino pré-escolar ao ensino básico, passando pelo ensino recorrente.	Redução da taxa de analfabetismo e melhores condições escolares
	Saúde	x			Existência do centro de saúde e extensões rurais	Maior cobertura da rede de cuidados de saúde, da qual resulta uma diminuição nas deslocações extra-concelhias.
	Ação Social			x	Maior necessidade de infra-estruturas sociais	Carência de apoio a idosos
				x	Necessidade de programas e/ou atividades dirigidas à população jovem	Aumento do índice de dependência total e dos apoios sociais
Economia	Tecido empresarial	x			Concentração de atividades ligadas ao setor agroalimentar	Crescimento de sector secundário e terciário
Cultura, desporto e lazer		x			Boa cobertura de infraestruturas e equipamentos culturais, desportivos e lazer.	Fixação da população e aumento de fluxo turístico
Gestão do Território		x			Existência de povoamentos concentrados	Melhor gestão do tecido urbano, dado que evita o crescimento desordenado
		x			Programação das áreas urbanas através de vários instrumentos de planeamento municipal.	Organização adequada do território municipal e controlo do crescimento urbano.
			x		Dinamismo na construção de novos edifícios e alojamentos.	Alteração pouco significativa do sistema urbano uma vez que o Alandroal é um dos concelhos menos populosos de Alentejo Central.

**Quadro 3** - Impacte dos Aglomerados Populacionais e da Construção sobre os recursos

Recursos		Impactes			Causa (ação)	Consequência
		+	0	-		
Ambiental	Consumo de Energia			x	Aumento do consumo energético.	Emissão de gases de efeito estufa.
Social	População	x			Assegura postos de trabalho.	Contribui para a fixação da população.
	Emprego	x			Potencialidade empregadora do setor secundário	Geração de emprego
		x			Presença significativa do pequeno comércio ligado à área agroalimentar	Aproveitamento de mão-de-obra local e dinamização de produtos locais.
		x			Potencial de desenvolvimento do ensino tecnológico	Criação de condições para o desenvolvimento de uma maior qualificação/formação.
	Saúde			x	Doenças associadas ao trabalho.	Possível degradação de aspetos relacionados com a saúde.
Economia	Tecido Empresarial			x	Predomínio de empresas de pequena dimensão	Diminuição do empreendedorismo.
Cultura, Desporto e lazer		x			Oferta de produtos regionais de qualidade, existência de equipamentos desportivos e eventos culturais locais.	Elementos de interesse turístico.
Gestão do território		x			Programação do parque de feiras e exposições.	Organização adequada do território municipal.

**Quadro 4** - Impacte da Indústria e Comércio sobre os recursos.

Recursos		Impactes			Causa (ação)	Consequência
		+	0	-		
Ambiental	Água			x	Elevados consumos pela atividade agrícola	A agricultura no concelho é o principal consumidor de água, podendo contribuir para o deficit de caudais na Ribeira de Lucefecit em estiagem.
	Solo e Usos do solo	x			Desenvolvimento da policultura na proximidade dos aglomerados populacionais.	Aproveitamento do potencial agrícola dos melhores solos do concelho, com atividades de valor económico.
		x			Extensas áreas com povoamentos florestais	Aproveitamento de solos pouco produtivos de acordo com as suas limitações e aptidão.
		x			Aproveitamento de 2/3 da área irrigada.	Desenvolvimento do regadio.
	Biodiversidade		x		Desenvolvimento de atividades agroflorestais	Permitem a manutenção das potencialidades ecológicas do montado e, com isso, a manutenção da biodiversidade faunística e florística que lhe está associada.
	Floresta e outros usos	x			Extensas áreas de montado	Aproveitamento da multifuncionalidade do montado, com potencial aproveitamento cinegético e silvo-pastoril.
		x			Gestão do sub-coberto arbóreo.	Diminuição do risco de incêndio devido à criação de barreiras verticais e horizontais à propagação do fogo.
Social	População	x			Garantia de postos de trabalho, existência de explorações em meios rurais.	Fixação da população em áreas rurais.
	Emprego			x	Abandono do setor primário.	Migração da população e aumento do desemprego.
	Saúde		x		Aumento do grau de exigência de segurança alimentar.	Produtos locais de qualidade.
Cultura, desporto e lazer		x			Espaços florestais de suporte ao desenvolvimento de atividades cinegéticas	Permitem o conhecimento do potencial cinegético da região e ajudam a promover a integração da caça noutras atividades como a agricultura, a silvicultura e a silvo-pastorícia
Gestão do território		x			Cobertura das áreas florestais por planos de ordenamento florestal.	Implementação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades do território e sujeitos a medidas e orientações de gestão específicas.
			x		Diversificação no uso atribuído ao solo	Manutenção da heterogeneidade paisagística e equilíbrio ecológico do território

**Quadro 5** - Impacte da Atividade Agrícola sobre os recursos

Recursos		Impactes			Causa (ação)	Consequência
		+	0	-		
Ambiental	Biodiversidade			x	Elevada procura pela Albufeira do Alqueva para a prática de atividades de recreio e lazer, e para a instalação de alojamentos turísticos.	Sobrecarga dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e terrestres, que pode comprometer a sua gestão.
Social	População	x			Oferta de unidades de alojamento em ambiente rural.	Divulgação do património natural. Aumento do fluxo de visitantes.
		x			Inclusão de Juromenha e Capelins nas Aldeias Ribeirinhas.	Promoção do património arquitetónico e arqueológico; dinamização do espaço rural
	Emprego		x		Desenvolvimento de atividades cinegéticas e piscícolas.	Promoção de coletividades de carácter local; maior dinamismo económico
Cultura, Desporto e lazer		x			Valor do património gastronómico	Promoção e reconhecimento de produtos locais (azeite, mel, queijo, doçaria)
		x			Dinamização de atividades culturais incidentes no património construído, etnográfico e natural.	Aumento do fluxo de visitantes ao concelho; Valorização e conservação do património natural e do edificado

**Quadro 6** - Impacte da atividade turística sobre os recursos

Da leitura atenta dos dados antes apresentados, verifica-se que o concelho de Alandroal apresenta condições para uma qualidade de vida globalmente satisfatória – pensando concretamente nos componentes fundamentais saúde, educação, circulação, habitação e emprego – existindo algumas situações susceptíveis de comprometer essa qualidade de vida e qualidade ambiental do concelho.

Os aglomerados urbanos são de pequena dimensão, mas na generalidade apresentam boas condições de vida e de sustentabilidade ambiental. Toda a população é servida por abastecimento público domiciliário e, mais de 90 % da população é servida por estações de tratamento de águas residuais. Existe também uma boa cobertura de meios para a gestão dos RSU e dos RCD.

Os centros de saúde e as extensões rurais garantem uma rede de cuidados de saúde eficaz, sendo dispensáveis muitas deslocações para fora do concelho.

Verificam-se algumas carências de infraestruturas de apoio à terceira idade, o que pode levar a um apoio deficiente aos idosos, e ausência de infraestruturas escolares secundárias, que obrigam os estudantes a deslocarem-se para os concelhos vizinhos.

Por outro lado, a atividade agrícola consome elevadas quantidades de água, contribuindo para o deficit de caudais na barragem e ribeira do Lucefecit, bem como para a sua eutrofização, elevando o risco de incumprimento dos parâmetros definidos pela Diretiva

## 2.2 – Inquéritos aplicados à população e definição da visão estratégica<sup>21</sup>

A aplicação de inquéritos à população e a realização de sessões públicas nas juntas de freguesia permitiram o envolvimento de todos os cidadãos e agentes locais no processo, identificando os caminhos da sustentabilidade para o Alandroal e definindo a **visão estratégica**.

---

<sup>21</sup> Baseado nos documentos (Relatório da Consulta Pública – Agenda 21 Local, 2011) e (Plano de Ação – Agenda 21 Local, 2012).

O questionário, elaborado conjuntamente pelos técnicos municipais e pela equipa da “*Tterra*” era composto pelos seguintes grupos de questões:

I. Caracterização do inquirido<sup>22</sup>

1. Grupo etário e sexo
2. Nível de escolaridade
3. Relação com a freguesia

II. Diagnostico ao desenvolvimento sustentável do concelho de Alandroal<sup>23</sup>

Identificação dos 3 maiores problemas associados às seguintes áreas:

1. Economia local
2. Ambiente e ordenamento do território
3. Equipamentos e acessibilidades
4. Problemas sociais

III. Indicadores de desenvolvimento sustentável<sup>24</sup>

1. Avaliação da CMA em termos de sustentabilidade
2. Avaliação do concelho
3. Atividades económicas prioritárias para o desenvolvimento do concelho
4. Importância atribuída às possíveis intervenções a realizar na freguesia
5. Avaliação do comportamento dos munícipes em termos de contributo para o desenvolvimento sustentável.
6. Razões porque é bom viver no concelho
7. Ideias para resolver os problemas da freguesia

Relativamente ao primeiro grupo de questões, assinala-se:

- Os inquiridos na maioria residem no concelho (90,28%). O grupo etário mais representado é “entre 40 e 60 anos” seguido do grupo “entre 20 e 40 anos”, com 35,6% e 35,4%, respetivamente, o grupo menos representado é de “menos de 20 anos”.

- Relativamente ao nível de escolaridade dos participantes verifica-se que 31,4% completou o 1º ciclo, 27,1% concluiu o ensino secundário e 6% dos que responderam ao inquérito não sabe ler nem escrever.

---

<sup>22</sup> Grupo de questões formulado pela equipa da “*Tterra*”

<sup>23</sup> Grupo de questões formulado pelos técnicos municipais

<sup>24</sup> Grupo de questões formulado pelos técnicos municipais

Dos resultados relativos ao desenvolvimento sustentável do concelho:

- Entre os principais problemas da **economia local**, as respostas apontam a *“falta de indústrias e empresas”*, o *“comércio local fraco/inexistente”* e *“agropecuária em dificuldades”*.

- A nível do **Ambiente e do Ordenamento do Território** foram referidos vários problemas, diferentes de freguesia para freguesia.

Os principais problemas apontados em todas as freguesias foram *“falta de espaços verdes”* e *“habitação degradada”*. Nas freguesias de São Brás do Matos e Santiago Maior, uma percentagem significativa dos inquiridos referiu também *“falta de água ou baixa qualidade”* e *“poucos contentores do lixo”*,

- No que se refere aos **Equipamentos e Acessibilidades**, os munícipes referiram *“falta de equipamentos e serviços de apoio à população idosa”*, *“falta de equipamentos e serviços de saúde”* e *“falta de equipamentos de ensino e serviços de apoio à infância”*.

- Relativamente aos **Problemas Sociais** a opinião dos inquiridos é mais homogénea e consonante em todas as freguesias. Os três principais problemas apontados pelos inquiridos, por ordem de prioridade são: *“envelhecimento da população e isolamento de idosos”*, *“jovens não se fixam na freguesia o que leva ao despovoamento”* e *“analfabetismo e falta de formação profissional”*.

No último grupo de questões, os inquiridos deram a sua opinião acerca dos problemas da freguesia e apresentaram algumas sugestões para resolução.

Com base nas opiniões recolhidas definiram-se os **vetores estratégicos** para a sustentabilidade do Alandroal. Dentro de cada vetor estratégico definiram-se as ações a implementar.

Os três **Vetores estratégicos** definidos foram: Atividades Económicas, Qualidade de Vida e Qualidade urbana. Os quadros 7, 8 e 9 apresentam de forma resumida as ações a desenvolver.

Vetores estratégicos	Ações a Desenvolver	Concretização	Observações
<b>Atividades Económicas</b>	<u>Espaços de lazer</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Criação de um espaço de lazer na barragem de Lucefecit (que inclua um parque de merendas)</li> <li>2- Criação de um espaço de lazer na Alqueva – Capelins (que inclua um parque de merendas)</li> <li>3- Criação de um espaço de lazer no Alqueva – Juromenha (que inclua um parque de merendas)</li> <li>4- Criação de um espaço de lazer nas “Águas Frias” (que inclua um parque de merendas)</li> <li>5- Criação de pista de pesca em Juromenha</li> <li>6- Criação de Parque de autocaravanas.</li> </ol>	A maior disponibilidade de água, resultante da entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, deve constituir uma mais-valia para o setor agrícola do concelho ao mesmo tempo que potencia novas dinâmicas e oportunidades relacionadas com o aproveitamento turístico, recreativo e de lazer do plano de água.
	<u>Promoção divulgação e reabilitação do património arquitetónico e arqueológico</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Centro Interpretativo do Endovélico</li> <li>2- Centro de Estudos do Endovélico</li> <li>3- Requalificação da Capela da Boa Nova e da sua envolvente</li> <li>4- Revisão da Carta Arqueológica</li> <li>5- Sinalização turística do concelho</li> <li>6- Melhoria das acessibilidades e tratamento da envolvente aos sítios ou locais de interesse arqueológico.</li> <li>7- Criação de uma marca regional</li> </ol>	A recuperação da arquitetura tradicional, a reabilitação do património histórico arquitetónico e cultural dos territórios rurais como forma de melhorar a imagem e a atratividade dessas zonas, podem alavancar ofertas turísticas diferenciadas, nas vertentes da fruição da natureza, cultura, gastronomia, entre outras. É de salientar a importância do turismo para as dinâmicas associadas às atividades agroalimentares, restauração, comércio e artesanato. A criação de uma marca regional visa o reforço da competitividade do setor agrícola e dos produtos agroalimentares de qualidade.
	<u>Apoio aos pequenos agricultores e produtores</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Promoção dos produtos locais através de eventos como: “Mostra Gastronómica do Peixe do Rio” e “Por Terras de Endovélico”</li> <li>2- Revitalização e Modernização do Mercado Municipal e Tradicional</li> </ol>	<p>Preende-se a valorização dos recursos endógenos e a aposta em atividades emergentes e na modernização dos setores ditos tradicionais, tais como a agricultura, a pecuária e a floresta.</p> <p>Na dimensão local são muito relevantes as iniciativas relacionadas com soluções de distribuição/comercialização dos produtos frescos ou transformados produzidos localmente. O consumo de produtos locais ajuda a sustentabilidade ambiental e económica.</p>
	<u>Proteção e valorização do Património Natural</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Inventariação das espécies vegetais autóctones existentes no concelho, de forma a garantir a sua proteção, valorização e divulgação.</li> <li>2- Proteção e reabilitação das ribeiras e respetivas galerias ripícolas</li> <li>3- Diagnóstico e redução dos consumos de água</li> </ol>	<p>A paisagem do concelho reúne as condições para funcionar como um repositório biogenético e de amenidades, numa perspectiva multifuncional e de sustentabilidade, aliando as preocupações de proteção da natureza e dos modos de vida com as dinâmicas socioeconómicas.</p> <p>As espécies vegetais são elementos muito importantes desta paisagem. Assim, o seu reconhecimento e inventariação permitem salvaguardar e proteger este património. Ao mesmo tempo procuram-se criar condições para que o concelho disponha de ofertas turísticas diferenciadas, designadamente, no âmbito do turismo de natureza.</p> <p>Com os fenómenos cada vez mais recorrentes de seca, torna-se cada vez mais urgente agir na melhoria da gestão da água, designadamente ao nível da eficiência no uso e na utilização deste recurso escasso.</p>
	<u>Incentivo ao empreendedorismo e à atividade económica</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Criação de uma área de acolhimento empresarial, incluindo um Centro de Acolhimento de Empresas</li> <li>2- Construção da Zona Oficial de Terena</li> <li>3- Reabilitação de Caminho Rurais e Eletrificação Rural</li> </ol>	<p>De forma a facilitar e incentivar a instalação de microempresas no concelho pretende-se a reconversão da atual Zona Industrial de Alandroal, e das futuras zonas oficiais do concelho, a Área de Acolhimento Empresarial elevando a sua qualidade e qualificação permitindo uma maior atratividade e competitividade local e regional. Ao mesmo tempo pretende-se a criação de um centro de acolhimento empresarial que permita a concentração de um conjunto de serviços de apoio à gestão das empresas instaladas, partilhando serviços e promovendo o empreendedorismo local.</p> <p>Por outro lado pretende-se contribuir, em parceria com a Associação de Beneficiários do Lucefecit, para a criação e melhoramento das infraestruturas de apoio ao perímetro de rega da Barragem do Lucefecit, com especial destaque para o melhoramento dos acessos e a eletrificação rural.</p>
	<u>Reforço da Ligação a Espanha</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Criação de uma ligação entre Portugal e Espanha (Montejuntos – Cheles e Juromenha – Vila Real)</li> <li>2- Intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha</li> <li>3- Rota do Contrabando</li> <li>4- Percursos Pedestres</li> </ol>	<p>Estas ações pretendem valorizar a cultura raiana e promover o intercâmbio cultural entre o Alandroal e as povoações vizinhas espanholas.</p> <p>De forma a valorizar o espaço rural pretende-se alargar a rede de percursos pedestres existente no concelho bem como dinamizar eventos promocionais</p>

**Quadro 7 - Ações a desenvolver dentro das atividades económicas**

Vetores estratégicos	Ações a Desenvolver	Concretização	Observações
Qualidade de Vida	<u>Alargamento e melhoria dos serviços sociais</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conclusão do Centro de dia e Apoio domiciliário em Ferreira de Capelins</li> <li>2. Creche de Pias</li> <li>3. Creche de Alandroal</li> <li>4. Ampliação do Lar de Idosos de Alandroal</li> <li>5. Construção do Posto Médico de Santiago Maior</li> <li>6. Revisão da Carta Educativa do Concelho</li> <li>7. Polo Escolar de Terena</li> <li>8. Conclusão da EBI Diogo Lopes Sequeira de Alandroal (Pavilhão Gimnodesportivo e Pré-escolar)</li> <li>9. Elaboração da Carta Desportiva do Concelho</li> <li>10. Reversão do antigo Posto da Guarda Fiscal de Montejustos em espaço museológico e sede da Junta de Freguesia</li> </ol>	
	<u>Dinamização Cultural</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Promoção de eventos culturais nas freguesias</li> <li>2- Reabilitação das antigas escolas primárias do concelho</li> <li>3- Universidade Sénior/Escola popular</li> <li>4- Recolha e Edição de Poesia Popular</li> <li>5- Recolha e Edição de Manifestações Culturais (monografias, cantadores dos reis, festas e romarias, ...)</li> </ol>	Reconhece-se a importância da animação e dinamização territorial no desenvolvimento dos pequenos agregados populacionais rurais. Esta dinamização pretende assegurar uma cobertura equilibrada e adequada no território concelhio. Em complementaridade com as ações de valorização do património histórico, construído e cultural será possível ir melhorando a imagem e a atratividade das aldeias e do concelho como um todo

**Quadro 8** - Ações a desenvolver no âmbito da qualidade de vida

Vetores estratégicos	Ações a Desenvolver	Concretização	Observações
Qualidade Urbana	<u>Planeamento e Ordenamento do Território e Qualidade Urbana</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- PLPA</li> <li>2- Revisão do Plano Director de Alandroal</li> <li>3- Linha Azul – Projeto de Mobilidade sustentável e Combate ao isolamento</li> <li>4- Pequenas obras de requalificação nas Aldeias do concelho</li> <li>5- Requalificação e melhoramento de caminhos agrícolas</li> <li>6- Comunicação e imagem (toponímia)</li> <li>7- Requalificação do CM 1109 entre a Aldeia do Rosário e Ferreira de Capelins</li> <li>8- Reconversão da Capela de Santo António (Alandroal) em Casa Mortuária</li> <li>9- Reconversão da Capela de Santo António (Terena) em Casa Mortuária</li> <li>10- Construção de Igreja/Casa Mortuária em Cabeça Carneiro</li> </ol>	
	<u>Espaços verdes e de lazer</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reabilitação e criação de espaços verdes e parques infantis</li> <li>2. Conclusão do Complexo Desportivo de Alandroal</li> <li>3. Recuperação de fontes e chafarizes</li> </ol>	Os espaços verdes e de lazer têm funções ecológicas, lúdicas e recreativas, sendo o seu principal objetivo o recreio e o lazer e a qualidade urbana. Complementarmente, os espaços verdes promovem o <i>continuum naturale</i> . A vivência destes espaços também propicia o espírito de comunidade.
	<u>Limpeza e higiene urbana</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reforço do número de ecopontos</li> <li>2. Higiene urbana</li> <li>3. Ações de sensibilização ambiental</li> </ol>	<p>Pretende-se minorar eventuais situações de degradação ambiental, melhorar a serviço de limpeza urbana e aumentar o número de contentores de resíduos urbanos (indiferenciados e de deposição seletiva).</p> <p>As ações de sensibilização ambiental destinam-se a abordar temas como a reciclagem e a utilização adequada dos equipamentos de recolha de resíduos, bem como a utilização racional da água.</p>
	<u>Reabilitação do Património Histórico e Construído</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reabilitação do património histórico e construído de Terena</li> <li>2. Reabilitação do Castelo de Terena</li> <li>3. Reabilitação do interior e iluminação do Castelo do Alandroal</li> <li>4. Reabilitação da Fortaleza de Juromenha</li> <li>5. Reabilitação das redes de abastecimento de água e de saneamento</li> <li>6. Plano de Ação para intervenção em prédios devolutos que apresentem risco para a segurança</li> </ol> <p>Edição fac-símile dos Forais das Vilas de Alandroal e Juromenha</p>	<p>O concelho dispõe de um rico património histórico e construído que deverá ser valorizado com ações direcionadas para a sua reabilitação e recuperação, de forma a melhorar a qualidade urbana, a promover a identidade cultural das suas gentes, bem como, poder constituir-se como um produto turístico de elevado valor.</p> <p>A rede de abastecimento de água é um serviço básico para a saúde pública que deve garantir o abastecimento de água com qualidade para consumo humano e em quantidade e pressão às populações.</p> <p>Verifica-se que alguns dos sistemas de abastecimento de água existentes no concelho já excederam largamente o tempo de vida útil para o qual foram dimensionados, necessitando atualmente de reabilitação.</p> <p>Também ao nível do Saneamento, existem alguns aglomerados urbanos do concelho sem rede de saneamento municipal. Pretende-se com esta ação aumentar o nível de cobertura deste serviço. Há a necessidade de desativar algumas infraestruturas de tratamento deficitárias (fossas sépticas comunitárias existentes em Cabeça de Carneiro e Terena) pela construção de estações elevatórias e ligação às redes camarárias.</p> <p>Pretende-se inventariar a existência de prédios devolutos que apresentam risco para a segurança pública nos centros urbanos do concelho e, promover diligências junto dos respetivos proprietários no sentido de desencadear as intervenções necessárias para eliminar o risco de derrocada.</p>
	<u>Eficiência Energética</u>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Optimização da rede energética de forma a integrar a reserva Dark Sky</li> <li>2. Diagnóstico dos Consumos Energéticos dos Edifícios Públicos, e implementação de Tecnologias para a Redução de Consumos Energéticos com recurso a Energias Renováveis.</li> </ol>	<p>A iluminação pública tem por objetivo equipar os centros urbanos com um serviço de iluminação adequado às necessidades, nomeadamente, garantir uma iluminação de segurança.</p> <p>Tendo como principal objetivo a promoção e utilização das fontes de energia renováveis, como forma de redução das alterações climáticas, a CMA aderiu ao "AlterCExA", projeto conjunto de oito entidades Portuguesas e Espanholas, que resultou numa candidatura ao POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha.</p>

**Quadro 9** - Ações a desenvolver no âmbito da qualidade urbana

## 2.3 - Reflexão crítica

Todo o processo de elaboração da Agenda 21 Local, no qual estivemos envolvidos, desde o diagnóstico para a sustentabilidade até à apresentação final do Plano de Ação, foi muito intenso e dinâmico.

O contacto direto com a população (na fase de realização de inquéritos e nas sessões públicas realizadas nas juntas de freguesia) permitiu-nos aprofundar o conhecimento sobre as aspirações da população para o seu território. Adquirimos também mais conhecimento sobre algumas tradições antigas que será interessante recuperar. Consideramos que este contacto foi fundamental para nosso amadurecimento profissional e também pessoal, sentimo-nos agora mais preparados para dar respostas às solicitações da população.

O processo envolveu uma equipa multidisciplinar (um assistente social, um economista, um técnico de turismo, um arquiteto, um arquiteto paisagista um engenheiro dos recursos hídricos e um topógrafo). A oportunidade de trabalhar numa equipa com técnicos de formações tão variadas, foi muito enriquecedora porque nos permitiu contactar com matérias, preocupações e valores, em certas situações muito distintas da nossa área de formação, mas extremamente fortalecedoras da nossa visão mais global, mas também conhecer melhor os vários problemas existentes no município e o potencial de respostas oferecidas pela Câmara Municipal.

Ao nível da ação social, tomámos consciência de muitas dificuldades com que se deparam algumas famílias do concelho e do trabalho que está a ser feito para as minimizar. Foram criados novos regulamentos municipais, que vão de encontro às necessidades mais recentes da população, sendo de destacar: o *“Regulamento de Intervenção Social no Município de Alandroal”*.

A crise económica e financeira em que o mundo mergulhou, afeta Portugal e consequentemente o concelho de Alandroal, levando a um aumento do desemprego e grandes impactos sociais. Assim começam a surgir novas formas de pobreza e exclusão social, atingindo grupos sociais que até aqui mantinham níveis adequados de inclusão e de rendimento.

Face a esta situação, o município de Alandroal entendeu criar um plano de ação social mais interventivo a estratos sociais desfavorecidos, procurando implementar uma política de aproximação às pessoas mais carenciadas.

O “*Regulamento de Intervenção Social no Município de Alandroal*” prevê a atribuição de “*apoio em géneros alimentares, em caso de necessidade de utilização de dietas especiais, nomeadamente para os idosos, doentes crónicos e crianças, prescrita por um médico de especialidade ou de família*”, a “*atribuição de Vales de Compras Alimentares*” e o “*apoio ao arrendamento de habitação*”. Estas medidas destinam-se a colmatar algumas lacunas temporárias das famílias, de forma que as mesmas procurem equilíbrio e autonomia e não dependência.

A importância do abastecimento de água, atualmente um problema menor, uma vez que está assegurado desde há várias décadas, apresenta ainda assim nalgumas aldeias (sobretudo em Santiago Maior) deficiências ao nível da pressão e qualidade. Este problema deve-se ao facto de as aldeias estarem muito afastadas do ponto de captação, o sistema Aquífero Estremoz-Cano e, das canalizações estarem completamente obsoletas (a conduta principal de distribuição tem mais de 40 anos). A CMA já elaborou projetos para renovação da Rede de Abastecimento Público de Águas, que estão neste momento candidatos a fundos europeus.

Nas reuniões de trabalho, com os técnicos municipais e os técnicos da empresa “Tterra”, chamámos a atenção para a importância de identificar/cartografar e preservar as árvores centenárias existentes no concelho e, para a necessidade de recuperar as galerias ripícolas das ribeiras, principalmente da Ribeira do Lucifecit, riquíssima do ponto da biodiversidade mas atualmente muito degradada. Estes aspetos foram incluídos no plano de ação e, neste momento, estamos já a fazer o mencionado levantamento (identificar/cartografar as árvores monumentais).

Sugerimos também o alargamento da rede de percursos pedonais, tirando partido de carreiros antigos, de forma a valorizar e dinamizar o espaço rural. Assim como melhorar a qualidade dos espaços exteriores.

Relativamente ao Plano de Ação elaborado, consideramo-lo um documento de trabalho muito importante para os próximos anos (oito anos) no concelho de Alandroal. Trata-se de um plano bastante ambicioso, no entanto, pensamos que vai ser difícil cumpri-lo na totalidade.

O período de dificuldade financeira que se atravessa a nível nacional, as dificuldades financeiras do município, as dificuldades de financiamento e a falta de investimento privado podem comprometer alguns aspetos do Plano de Ação da Agenda 21 Local.

A criação de espaços de lazer junto aos principais planos de água do concelho (Barragem de Lucefecit, Barragem do Alqueva – Capelins e Barragem do Alqueva – Juromenha) e construção de uma pista de pesca em Juromenha e parque de

autocaravanas são fundamentais do ponto de vista turístico, no entanto, estão dependentes de oportunidades de financiamento, que podem não acontecer.

A requalificação do CM 1109 entre a Aldeia do Rosário e Ferreira de Capelins, a Reconversão da Capela de Santo António (Terena) em Casa Mortuária e a reabilitação das redes de abastecimento de água (Casas-Novas-de-Mares e Aldeia da Venda), estão projetados e já candidatados a financiamentos. Assim que se obtiverem os respetivos fundo comunitários, as obras avançam.

O projeto de reabilitação da Fortaleza de Juromenha está concluído, aguarda financiamento privado. Algumas decisões erradas no passado e a conjuntura económica atual têm impedido a realização deste projeto. Porém, espera-se que no horizonte temporal da Agenda 21 Local, até 2020, se ultrapassem todos os impasses e, seja finalmente possível reabilitar a fortaleza, que se encontra já em avançado estado de degradação.

A realização do projeto de Reabilitação da Fortaleza e a criação de uma ligação direta com Espanha (Juromenha – Vila Real), por barco, são muito importantes para trazer mais vida à vila de Juromenha, que está a caminhar a para a desertificação.

O Município de Alandroal e o Município de Olivença assinaram recentemente um “Convénio de Colaboração”, que pretende alavancar o desenvolvimento conjunto dos dois territórios, separados apenas pelo rio Guadiana, hoje Albufeira de Alqueva. Um dos objetivos imediatos é a criação de uma solução de travessia para pessoas e veículos entre Juromenha e Vila Real. Os dois municípios planeiam também criar eventos culturais, realizados alternadamente nos dois concelhos, efetuar intercâmbios entre os agrupamentos de escolas e universidades seniores e promover os territórios conjuntamente em Portugal e Espanha.

A conclusão do lar de idosos de Ferreira de Capelins aguarda autorizações/pareceres da Segurança Social e a construção do pavilhão gimnodesportivo da escola está dependente de fundos da Direção Regional de Educação. A autarquia está a trabalhar no sentido de ultrapassar todos os obstáculos, o mais rápido possível, para que estes equipamentos possam ser concluídos e colocados à disposição dos utentes.

Em suma, o Plano de Ação da Agenda 21 Local vai ser fundamental para nortear a ação autárquica nos próximos oito anos. O seu cumprimento vai garantir um concelho mais “vivo”, com melhores respostas sociais para a população e mais respeitador dos recursos endógenos.

## 3 – Plano de Intervenção Municipal

### 3.1 – Caracterização geral do plano

O Plano de Intervenção Municipal foi da nossa autoria, mais especificamente a autarquia incumbiu-nos da sua realização. A sua elaboração teve o propósito realizar uma candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), para obter um financiamento destinado a requalificar o edifício da antiga Escola Primária de Alandroal. Porém este plano também já serviu de base para efetuar outras candidaturas a apoios comunitários, nomeadamente a candidatura para Requalificação da Capela de Santo António, em Alandroal e de adaptação a Casa mortuária.

A candidatura para requalificação do edifício da antiga Escola Primária de Alandroal, foi enquadrada na Medida 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural do PRODER (MONTE), que beneficia as autarquias locais.

As intervenções ao nível da Medida 3.2.1 abrangem os seguintes domínios:

- Preservação do património rural construído (exceto o património histórico e monumental classificado), por exemplo, moinhos ou espigueiros;
- Refuncionalização de edifícios de traça tradicional para atividades associadas à preservação e valorização da cultura local.
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico).

As ações orientadas para a revitalização de espaços públicos, dando-lhe novas utilizações e dinâmicas culturais, têm prioridade na atribuição de apoios.

O plano de intervenção municipal focou-se num conjunto de obras necessárias para requalificação/recuperação do património; iniciativas/obras necessárias para revitalização económica e cultural de equipamentos públicos já construídos; criação/construção de novos equipamentos e iniciativas de âmbito imaterial.

As Obras de Requalificação/Recuperação de Espaços Públicos Urbanos: intervenções no património integram:

- Requalificação do Largo do Arrequiz;
- Requalificação da Praça da república;
- Reconversão dos Antigos Lavadouros Municipais;
- Requalificação do interior do Castelo do Alandroal e iluminação;
- Requalificação do edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal;
- Requalificação da Capela de Santo António no Alandroal e adaptação a Casa Mortuária.

Revitalização Económica e Cultural de Equipamentos Públicos já construídos:

- Modernização do Mercado Municipal de Alandroal;
- Fórum cultural e Transfronteiriço de Alandroal.

Criação/construção de novos Equipamentos Públicos:

- Biblioteca Municipal de Alandroal;
- Complexo desportivo de Alandroal;
- Conclusão da Escola Diogo Lopes de Sequeira;
- Requalificação do Parque de Feiras e exposições de Alandroal

Iniciativas de âmbito imaterial

- Programa “Alandroal ConVida”
- Instalação da Universidade Sénior/Escola Popular Túlio Espanca, na antiga Escola Primária desativada;
- Elaboração do PLPA – Alandroal para Todos;
- Plano de Intervenção para o Castelo do Alandroal;

O Largo do Arrequiz e Praça da Republica foram intervencionados no ano 2008. Esta intervenção contribuiu para a sua dignificação e inclusão na malha urbana, salvaguardando-se também a identidade do castelo. Atualmente constata-se que são necessários alguns aperfeiçoamentos.

A presença de muitos automóveis junto à muralha dificulta a leitura do espaço e prejudica a plena fruição do local pelos residentes e visitantes. É necessário proceder à reorganização do estacionamento, libertando o espaço adjacente à muralha – (Figura 22).

Está prevista também a instalação de sinalética turístico-cultural, de forma a orientar e esclarecer os visitantes sobre a evolução histórica do local.



**Figura 22** - Estacionamento junto da Muralha

A Praça da Republica está muito “despida” de vegetação, uma situação que há que equacionar nestes espaços urbanos tão sacrificados com o calor que se faz sentir em grande parte do ano. Estamos a preparar uma intervenção complementar que prevê a colocação de mais elementos vegetais e substituição de alguns exemplares secos - (Figura 23).



**Figura 23** – Aspeto atual da Praça da Republica

Os Antigos Lavadouros Municipais foram requalificados no ano 2005, porque se encontravam degradados e já não cumpriam as funções para que tinham sido criados. O edifício acolhe neste momento o ensino pré-escolar, até à sua transferência para o atual complexo educativo localizado na Escola Básica Integrada Diogo Lopes de Sequeira. Após esta deslocalização, o local será adaptado, para passar a funcionar como centro de artes e ofícios. Prevê-se criar um atelier de artesanato (rendas, pintura etc.) e um centro de exposições e venda ao público.

O Castelo de Alandroal é usado pontualmente para a realização de festas e eventos e diariamente como local de ligação (atravessamento) entre dois pontos da vila. Presentemente o seu interior está a ser intervencionado, uma vez que se encontrava bastante degradado.

A intervenção, da autoria do arquiteto Aires Mateus contempla a requalificação geral do espaço e iluminação decorativa. Dotou-se o espaço de infraestruturas e elementos até aqui inexistentes (ou existentes de forma anárquica e deficiente), como sejam portas, escadas, sinalética histórica-arqueológica e de segurança e iluminação apropriada.

Após a conclusão da obra, prevê-se a realização de um conjunto de iniciativas de âmbito imaterial que ajudem a dar vida ao local – visitas guiadas regulares à torre de menagem (com a colaboração do Posto de Turismo) e a realização de um festival anual de Verão (em colaboração com a Direção Regional de Cultura do Alentejo).

O edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal, já não cumpre as funções para que foi construído, encontrando-se degradado e sem atividade. A CMA quer proceder à sua requalificação e dinamização.

O imóvel precisa de intervenções ao nível dos pavimentos, cobertura, acessos ao interior e à cave - (Figura 24). Posteriormente será necessário equipar as salas, para receber novas atividades.



**Figura 24** – Aspeto atual da cobertura do Edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal

Como já se referiu, o município apresentou uma candidatura ao PRODER e neste momento já tem assegurado um financiamento de 150.000 euros, que vai permitir o avanço das obras. Assim que estas tiverem concluídas, as salas serão equipadas de acordo com as novas funções.

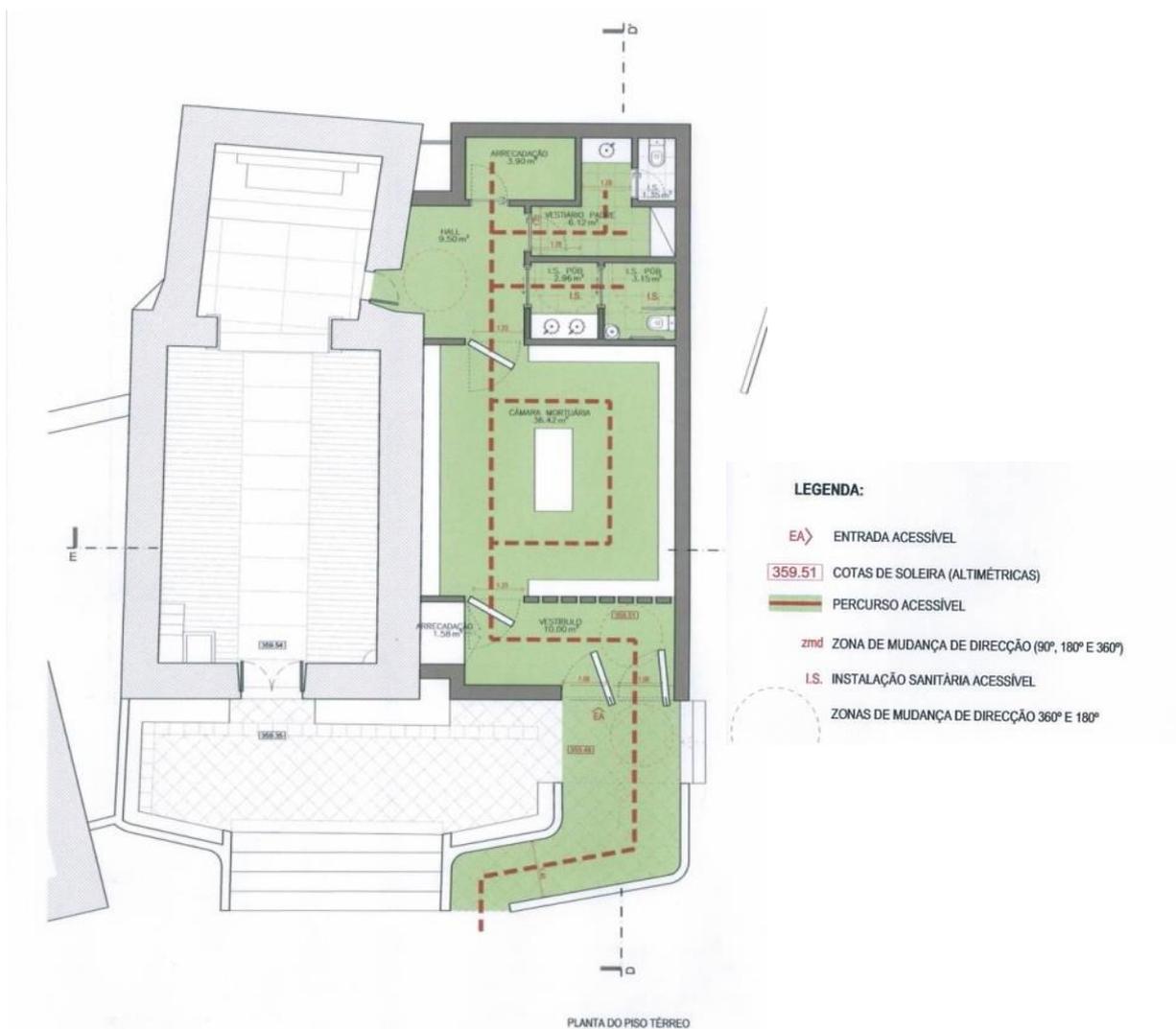
Na cave vai funcionar a sede da Associação Columbófila de Alandroal, bem como alguns Workshops/palestras relativos a várias temáticas (arqueologia, história, agricultura, etc.). Prevê-se também a criação de um espaço com cozinha e copa, destinado à realização de ações de formação e workshops de culinária.

As atividades da Escola Popular Túlio Espanca, como aulas de inglês, informática, história ou ginástica, que atualmente decorrem no Fórum Cultural e Transfronteiriço, serão transferidas para este edifício.

Três salas deverão ser equipadas para receber ações de formação nas mais diversas áreas. Também se pretende criar dois gabinetes de trabalho, assim como equipar duas salas para acolher atividades relacionadas com a columbofilia.

A Capela de Santo António com uma área de 89 m<sup>2</sup> exibe uma planta longitudinal, constituída por nave de planta retangular e cabeceira com capela-mor.

O objetivo da intervenção é manter a igreja como local de culto, restaurando elementos degradados no interior e no exterior. Prevê-se também a construção de um pequeno edifício adjacente a este, que cumpra as necessidades da população na condição de casa mortuária - (Figura 25).



**Figura 25** – Projeto de requalificação da Capela de Santo António e casa mortuária

O projeto de intervenção está elaborado e será candidatado a financiamento, na mesma medida do PRODER a que se candidatou a requalificação do edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal.

O Plano de Intervenção Municipal prevê também a revitalização económica e cultural de equipamentos públicos já construídos, nomeadamente o Mercado Municipal de Alandroal e o Fórum Cultural e Transfronteiriço.

O  Mercado Municipal de Alandroal  foi construído nos anos noventa.

O edifício assemelha-se a um mercado tradicional, no entanto, permite a comercialização de certos produtos, como a carne e o peixe, que exigem condições especiais de armazenamento e exposição.

Por um lado, procurou-se conservar um pouco do “tradicional mercado” com comercialização de “produtos do dia” em bancas individuais, num espaço comum. Por outro lado, existem algumas lojas destinadas à comercialização de outros produtos alimentares ou não alimentares.

Porém este edifício tem vindo a ser “esquecido”, assim como as suas potencialidades ao nível da dinamização económica da vila. Atualmente, algumas das suas lojas encontram-se encerradas e o espaço carece de uma intervenção física que lhe melhore o aspeto e o torne mais moderno e atrativo.

Está em elaboração um Plano de Revitalização do Mercado Municipal de Alandroal que contempla a realização de pequenas obras de modernização, como forma de incentivar a sua ocupação e colocação de sinalética atrativa. Complementarmente serão criadas condições especiais de arrendamento para pequenos comerciantes procurando, dessa forma, contrariar a tendência de abandono que atualmente se verifica.

O Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal concluído em 2005 encontra-se implantado num terreno a poente da muralha do Castelo de Alandroal.

Este imóvel representou um grande investimento público para o município e, continua a ter custos de manutenção elevados. A sua dinamização cultural é essencial.

O atual executivo tem procurado formas de dinamização do espaço, recorrendo sempre que possível a financiamento comunitário. Assim, no âmbito da parceria “Terras de Sol”, está já aprovado o financiamento para a aquisição de equipamento de projeção de cinema, em 3D. Esta aquisição, a continuação do Festival Internacional de Curtas Metragens – FIKE e os espetáculos associados ao programa TEIAS, vão garantir uma programação cultural diversificada e de baixos custos.

A criação/conclusão de equipamentos públicos também faz parte do Plano de Intervenção Municipal.

A construção da Biblioteca Municipal de Alandroal iniciou-se em 2005, no entanto, a obra parou devido a alguns problemas burocráticos, o que levou à perda de financiamentos comunitários, por falta de cumprimento dos prazos estipulados.

Neste momento, o município está a trabalhar no sentido de conseguir os fundos para concluir a obra.

Uma vez concluída a obra, ambiciona-se dar-lhe dinâmica e vida, que se coadune com o investimento realizado. O equipamento vai funcionar em articulação com o edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal, com o Fórum Cultural e Transfronteiriço e com as escolas do concelho.

Prevê-se a realização de eventos dedicados a obras literárias de autores portugueses e estrangeiros, clássicos e contemporâneos, de forma a estimular nos jovens o gosto pela literatura e conhecimento.

A futura biblioteca municipal localiza-se junto do edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal e da capela de Santo António (futura casa mortuária). Quando concluídas as intervenções nestes três imóveis, prevê-se requalificação de toda a zona exterior envolvente.

O Complexo Desportivo de Alandroal, com um campo de jogos em relva artificial, foi inaugurado no dia 12 de Setembro de 2012.

Trata-se de uma infraestrutura única no concelho e terá condições para receber jogos de futebol de 11, futebol de 7 ao mesmo tempo que dispõe de marcações de rugby.

O próximo desafio que se coloca é dinamizar este espaço desportivo. O Município de Alandroal está neste momento a elaborar a Carta Desportiva do concelho, com o objetivo de incentivar a prática desportiva e, “dar vida” a estes outros equipamentos.

O Parque de Feiras e Exposições de Alandroal localiza-se a sudoeste da vila de Alandroal, num terreno propriedade do Município. Este local recebeu durante alguns anos o evento bianual “Expo-Guadiana”. Porém o evento deixou de se realizar porque acartava grandes custos para a autarquia e trazia retornos muito reduzidos.

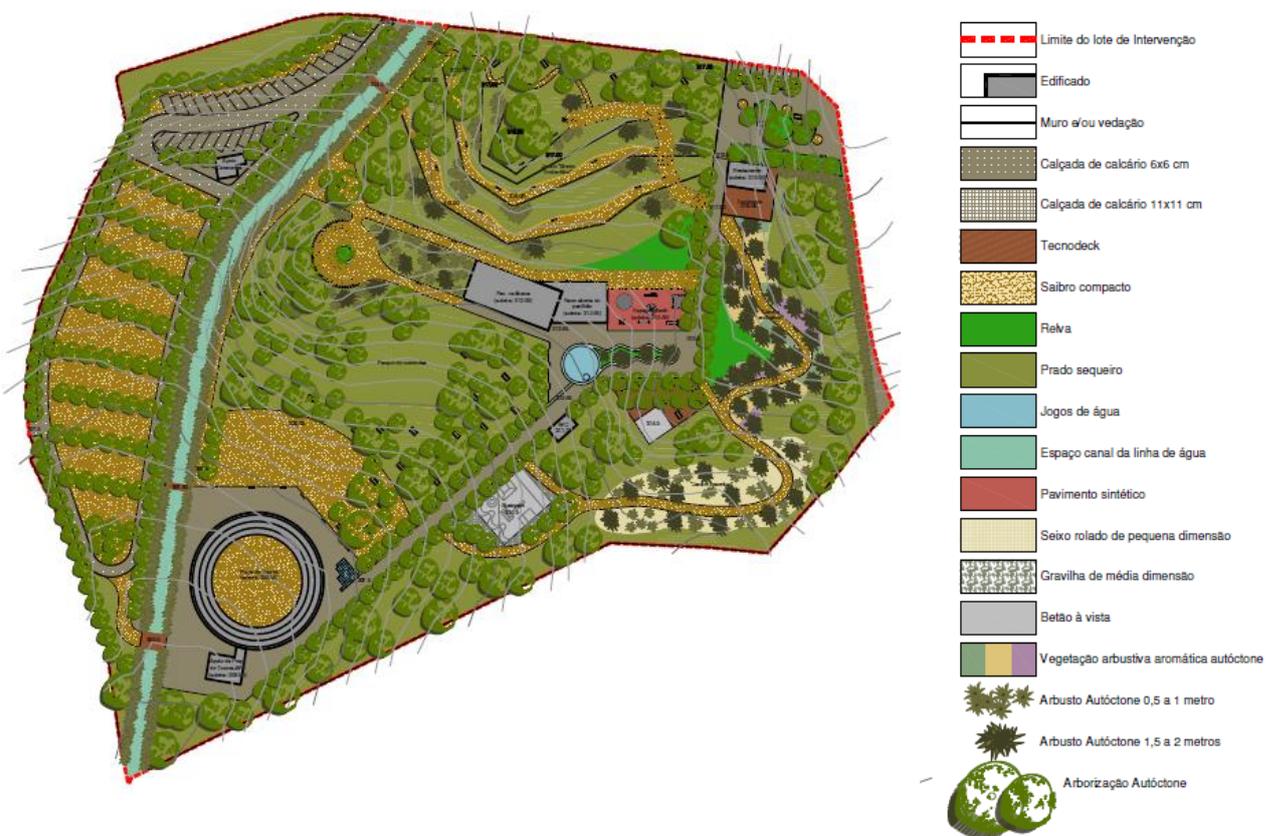
Atualmente o local está completamente ao abandono, sem qualquer uso pela população – (Figura 26). Pretende-se fazer uma requalificação, reconduzindo o espaço a novas funções. A possibilidade de criação de um espaço para utilização

permanente pelos vários escalões etários da população é neste momento a hipótese mais válida.



**Figura 26** – Aspeto atual do parque de feiras

Simultaneamente com a elaboração do Plano de Intervenção Municipal, o gabinete de projetos *Project4you - Consultoria e Projecto, Unipessoal Lda*, localizado em Carnaxide elaborou um estudo prévio para o espaço - (Figura 27).



**Figura 27** - Estudo prévio para o parque de Feiras de Alandroal (de Project4you - Consultoria e Projeto, Unipessoal Lda, 2011)

Tal como noutras situações, a empresa localiza-se numa zona distante do Alandroal e numa realidade diferente, pelo projeto apresentado percebe-se perfeitamente que os projetistas não conseguiram perceber a nossa realidade, seja ao nível das necessidades seja ao nível da identidade local. A título exemplificativo vejam-se as propostas concretizadas:

- Prevê-se a construção de um restaurante e um bar com esplanada, o que é completamente inviável do ponto de vista económico, com a população do Alandroal.
- As extensas áreas plantadas não são sustentáveis do ponto de vista ambiental, nem tão pouco aos níveis sociais e económico; o clima quente que possuímos, a população reduzida a que responde e as dificuldades de manutenção que acarreta são disso exemplificativas.
- O “jardim romântico” envolve o apelo a um ambiente espacial que o projeto não concretiza, este espaço compreende simplesmente uma área de estadia (círculo com bancos).
- As zonas desportivas estão muito dispersas. Faz mais sentido o “*Skatepark*” estar junto do pavilhão multiusos, num ponto oposto ao parque infantil, porque se trata de uma zona muito movimentada, podendo pôr crianças em perigo.
- Considera-se que seria importante prever uma zona destinada a jogos tradicionais, dada a faixa etária mais idosa dominante no concelho, especialmente interessada neste tipo de lazer.

O parque de campismo destinado a caravanas é excessivo (estão previstos 30 lugares e em média passam pelo Alandroal cerca de 50 caravanas por mês). O turismo em caravanas está a aumentar no concelho do Alandroal, devido à existência de um parque de campismo na Aldeia do Rosário, mas não se justifica um parque tão grande.

Em algumas reuniões chamamos a atenção do executivo camarário, para o desajuste do projeto em relação à nossa realidade sublinhando, entre outros aspetos, os em cima mencionados. Esperamos que se proceda à revisão, para chegar a algo mais adequado. Só depois se deve pensar em financiamentos para iniciar as obras.

O Plano de Intervenção Municipal também abrange iniciativas de âmbito imaterial designadamente as seguintes:

O programa “Alandroal ConVida” criado pelo Regulamento Municipal n.º 415/2011, que prevê um conjunto de incentivos à fixação da população jovem e ao aumento da natalidade, assim como apoios para a dinamização do comércio local.

Pretende-se dinamizar o comércio local, através da implementação de um conjunto de medidas, que levem os munícipes e visitantes a fazer as compras nos estabelecimentos comerciais do concelho, contribuindo para uma economia mais forte. Aproveitando algumas épocas festivas, como a Natal ou Santos Populares, ou datas especiais, como o dia dos namorados ou dia da mãe, o Município de Alandroal, e estabelecimentos comerciais aderentes, criam um conjunto de medidas aliantes, para aumentar o consumo local.

A Mostra Gastronómica do Peixe do Rio divulga o que de melhor se faz no concelho. Este evento conta com a adesão de vários restaurantes do concelho.

Além de degustar os pratos de peixe do rio, os visitantes poderão ainda participar em inúmeras atividades alusivas a esta temática, como passeios pedestres e Workshops de culinária. É também uma oportunidade para os visitantes disfrutarem do rico património natural, cultural, arqueológico e histórico.

A Universidade Sénior/Escola Popular Túlio Espanca pretende criar oportunidades de acesso à frequência de atividades de educação não formal para a população adulta. Esta iniciativa teve por base um protocolo assinado entre o Município de Alandroal e a Universidade de Évora.

O leque de oferta de formação é muito vasto, há aulas de história, inglês, ginástica, informática, teatro e música. Estão ainda previstos workshops de culinária e intercâmbios com as escolas populares de outros concelhos, bem como, visitas de estudo à Universidade de Évora.

O PLPA – Alandroal para Todos está em elaboração, em parceria com a empresa *Paula Teles – Unipessoal, Lda.*

O financiamento é assegurado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), através do programa Regime de Apoio aos Municípios Para a Acessibilidade (RAMPA).

Neste momento está elaborado o diagnóstico e prestes a iniciar-se a segunda fase do trabalho.

### 3.2 - Reflexão Crítica

A elaboração do Plano de Intervenção Municipal foi um trabalho muito gratificante. Permitiu-nos contactar com vários trabalhos que estão a decorrer ou previstos, e trocar algumas ideias com outros técnicos municipais e externos.

Sentimos alguma satisfação dado que o trabalho já deu os seus frutos. Permitiu garantir um financiamento de 150.000 euros, destinado a requalificar o edifício da Antiga Escola Primária de Alandroal, que neste momento está degradado e ao abandono. Devolver este imóvel à população vai ser muito importante, porque faz parte da memória coletiva do povo alandroalense. As sucessivas gerações passaram por aqui e, todos guardam as suas memórias.

Por outro lado, agora o município já dispõe agora de bases para enquadrar várias candidaturas a financiamentos, o que não acontecia até à elaboração do Plano de Intervenção Municipal e Agenda 21 local.

## 4 – Regulamento Municipal de Espaços Públicos

### 4.1 – Caracterização geral do regulamento

A ocupação dos espaços públicos e a afixação e inscrição de mensagens comerciais no concelho de Alandroal carece de regulamentação. Também a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril – Licenciamento Zero - impôs a necessidade de se proceder à alteração/adaptação dos regulamentos municipais que dispõem sobre a matéria.

O Regulamento Municipal de Espaços Públicos tem como objetivo principal a redução dos encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da simplificação dos atos administrativos subjacentes às atividades expressamente contempladas no mesmo.

Este regulamento pretende estabelecer regras para a atividade publicitária, bem como, para a ocupação de espaços públicos e definir os direitos e deveres dos respetivos titulares de exploração de espaço público.

A elaboração deste regulamento foi da responsabilidade dos técnicos municipais. A nossa colaboração foi sobretudo ao nível do Capítulo III – Ocupação do Espaço Público - mais concretamente ao nível dos artigos 16.º ao 23.º, que seguidamente se transcrevem<sup>25</sup>.

#### Artigo 16.º

#### **Definições**

Para efeitos deste Regulamento, entende-se por:

- a) Espaço Público – toda a área não edificada, de livre acesso;
- b) Equipamento urbano – conjunto de elementos instalados no espaço público com função específica de assegurar a gestão das estruturas e sistemas

---

<sup>25</sup> Para esta contribuição baseamo-nos numa pesquisa que incluiu o REUMA – Regulamento da Edificação e Urbanização do Município de Alandroal e RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Republicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro).

urbanos, nomeadamente, sinalização viária, semafórica, vertical, horizontal e informativa (direcional e de pré-aviso), luminárias, armários técnicos, guardas de proteção e dissuasores;

- c) Ocupação periódica – aquela que se efetua no espaço público, em épocas do ano determinadas, por exemplo, durante o período estival, com esplanadas;
- d) Mobiliário Urbano – todas as peças instaladas, projetadas ou apoiadas no espaço público, destinadas a uso público, que prestam serviço coletivo ou que complementam uma atividade, ainda que de modo sazonal ou precário;
- e) Anúncio Eletrónico – O sistema computadorizado de emissão de mensagens e imagens, com possibilidade de ligação a circuitos de TV e vídeo e similares;
- f) Anúncio iluminado – o suporte publicitário sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;
- g) Anúncio luminoso – o suporte publicitário que emita luz própria;
- h) Bandeira – suporte rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- i) Chapa – suporte não luminoso aplicado ou pintado em paramento visível e liso, cuja maior dimensão não excede 0,60 m e a máxima saliência não excede 0,05m;
- j) Esplanada Aberta – a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos;
- k) Expositor – a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior do estabelecimento comercial, instalada no espaço público;
- l) Floreira – o vaso ou recetáculo para plantas destinadas ao embelezamento, marcação ou proteção do espaço público;

- m) Guarda-vento – a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;
- n) Letras soltas ou símbolos – a mensagem publicitária não luminosa, diretamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas;
- o) Pendão – o suporte não rígido, que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- p) Placa – o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50m;
- q) Publicidade sonora – a atividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação da mensagem publicitária;
- r) Sanefa – o elemento vertical de proteção contra agentes climáticos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;
- s) Suporte Publicitário – o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;
- t) Tabuleta – o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;
- u) Toldo – o elemento de proteção contra agentes climáticos, feito de lona ou material similar, rebatível, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;
- v) Vitrina – o mostrador envidraçado ou transparente, embutido ou saliente, colocado na fachada dos estabelecimentos comerciais, onde se expõem objetos e produtos ou se afixam informações.
- w) Quiosque – elemento de mobiliário urbano de construção aligeirada, composto, de um modo geral, por uma base, um balcão, o corpo e a proteção;

- x) Alpendre ou pala – elementos rígidos de proteção contra agentes climatéricos com, pelo menos, uma água, fixos aos paramentos das fachadas e aplicáveis a vãos de portas, janelas, montras de edifícios ou estabelecimentos comerciais;
- y) Pilaretes – elementos metálicos ou de outro material inerte, fixos, rebatíveis ou retrácteis, instalados no passeio ou outro tipo de espaço exterior, que têm como função a delimitação de espaços;
- z) Esplanada Fechada – esplanada integralmente protegida dos agentes climatéricos, mesmo que, qualquer dos elementos da estrutura/cobertura seja rebatível, extensível ou amovível;
- aa) Aparelho de Ar condicionado (Sistema de Climatização) – equipamentos combinados de forma coerente com vista a satisfazer um ou mais dos objectivos da climatização (arrefecimento, ventilação, aquecimento, humedificação, desumidificação e purificação do ar).
- bb) Área contígua/junto à fachada do estabelecimento, a aplicar no regime de mera comunicação prévia – para efeitos de ocupação de espaço público corresponde à área imediatamente contígua/junto à fachada do estabelecimento ou da esplanada (não excedendo a largura da fachada do estabelecimento), até aos limites impostos no capítulo II do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril; para efeitos de colocação/afixação de publicidade de natureza comercial, corresponde ao espaço público imediatamente contíguo à fachada do estabelecimento até ao limite de 30 cm; para efeitos de distribuição manual de publicidade pelo agente económico, corresponde ao espaço público imediatamente contíguo à fachada do estabelecimento até ao limite de 2 m ou, no caso de o estabelecimento possuir esplanada, até aos limites da área ocupada pela mesma.

#### Artigo 17.º

#### **Critérios de ocupação do espaço público**

1. Os critérios a que está sujeita a ocupação do espaço público, numa perspetiva de salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano, são os estabelecidos no nº 2, do artigo 11º, do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de Abril, bem como aqueles especialmente regulados no presente Regulamento.

2. Quando imperativos de reordenamento do espaço público, designadamente, a aprovação de planos municipais de ordenamento do território, de execução de obras ou outras, de manifesto interesse público, e assim o justifique, poderá ser ordenada pela Câmara Municipal, a remoção de equipamentos urbanos, ou mobiliário urbano, ou a sua transferência para outro local conveniente a indicar pelos serviços municipais responsáveis.
3. Quando seja efetuada a ocupação ilícita do espaço público poderá ser ordenada, pela Câmara Municipal, a remoção do respetivo equipamentos urbanos ou mobiliário urbano, sendo os encargos daí decorrentes suportados pela entidade responsável por tal facto.

#### Artigo 18.º

#### **Contrapartidas para o município**

A ocupação do espaço público com elementos de mobiliário urbano e suportes publicitários, pode determinar a reserva de algum ou alguns dos espaços publicitários.

#### Artigo 19.º

#### **Exclusivos**

1. A Câmara Municipal de Alandroal, poderá conceder exclusivos de exploração em determinado mobiliário urbano, após realização de procedimento de concessão adequado, face ao estipulado pela legislação em vigor sobre a matéria.
2. Na concessão de exclusivos de exploração serão ponderados, designadamente, a adequação estética do suporte publicitário ao elemento de mobiliário urbano e à envolvente e contrapartidas para o Município.

#### Artigo 20.º

### **Restrições de instalação de uma esplanada fechada**

1. A instalação de esplanadas fechadas deve deixar espaços livres para a circulação de peões não inferiores a 1,5 metros e 2,00 metros, contados, respetivamente, a partir do edifício e do lancil.
2. Não são permitidas esplanadas fechadas que utilizem mais de metade da largura do pavimento (passeio). A materialização da proteção da esplanada, deverá ser compatível com o contexto cénico do local pretendido, e a sua transparência não deve ser inferior a 60% do total da proteção.
3. No fecho de esplanadas, dá-se preferência às estruturas metálicas, podendo admitir-se a introdução de elementos valorizadores do projeto noutros materiais, sem prejuízo da ressalva do carácter sempre precário dessas construções.
4. Os materiais a aplicar deverão ser de boa qualidade, principalmente, no que se refere a perfis, vão de abertura e de correr, pintura e termolacagem.
5. A esplanada fechada deverá manter o pavimento existente, prevendo-se apenas, a aplicação de sistemas de fácil remoção, nomeadamente, módulos amovíveis de forma a garantir o acesso às infraestruturas existentes no subsolo, por parte da Câmara Municipal de Alandroal.
6. A estrutura principal de suporte deverá ser desmontável.
7. É interdita a afixação de toldos ou sanefas nas esplanadas fechadas.
8. As esplanadas fechadas devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

### Artigo 21.º

### **Condições de instalação e manutenção de quiosques**

1. Por deliberação da Câmara Municipal, podem ser determinados locais para instalação de quiosques, os quais serão concessionados nos termos da lei em vigor sobre a matéria.
2. Quanto se tratem de quiosques instalados pela Câmara Municipal e objeto de concessão, nos termos da lei em vigor, após o decurso do respetivo período de tempo, incluindo o prazo inicial e as sucessivas renovações da licença, a propriedade do quiosque reverterá para a Câmara Municipal de Alandroal, sem direito do proprietário a qualquer indemnização.
3. Os quiosques deverão corresponder a tipos e modelos que se encontrem definidos e/ou aprovados pela Câmara Municipal, sem o que não será possível a sua instalação.
4. A instalação de quiosques não poderá impedir a circulação pedonal na zona onde se instale, nem o acesso a qualquer edifício ou outro tipo de mobiliário urbano já instalado.
5. O comércio do ramo alimentar em quiosques é possível, desde que a atividade se encontre devidamente registada e cumpra os requisitos previstos nas normas legais e regulamentares para o efeito.
6. Só serão permitidas esplanadas de apoio a quiosques de ramo alimentar, quando os mesmos possuam instalações sanitárias próprias ou, se insiram em equipamentos municipais.
7. Não é permitida a ocupação do espaço com caixotes, embalagens, e quaisquer equipamentos / elementos de apoio a quiosques (arcas de gelados, expositores e outros), fora das instalações de publicidade.
8. São permitidas mensagens publicitárias em quiosques quando na sua conceção e desenho originais tiverem sido previstos dispositivos ou painéis para este fim ou a solução apresentada produza uma mais-valia do ponto de vista plástico.
9. Quando os quiosques tiverem toldos, estes poderão ostentar publicidade apenas na respetiva aba.

## Artigo 22.º

### **Aparelhos de ar condicionado (sistemas de climatização)**

Os aparelhos de ar condicionado (sistemas de climatização), não podem ser visíveis da via pública, nem provocar distúrbios visuais nas fachadas de edifícios de valor arquitetónico, admitindo-se que sejam embutidos em caixa aberta nos planos dos paramentos e devidamente ocultados através de soluções que os tornem discretos e tanto quanto possível, impercetíveis.

## Artigo 23.º

### **Alpendres e palas**

Os alpendres e palas instalados em apêndice à construção existente só deverão ser autorizados quando não prejudiquem a estética do edifício, nomeadamente, quando não ocultem vãos de iluminação e ou de arejamento, não possuam largura de vãos que obstruam elementos de segurança rodoviária ou que conduzam à sua ocultação à distância, que não ultrapassem a largura de passeios e não ocupem áreas de estacionamento de veículos e contemplem, em termos construtivos, a integração arquitetónica do elemento à fachada que lhe serve de suporte, e a segurança de pessoas e bens.

Consta também do regulamento, uma lista de espécies vegetais que apresentam efeitos tóxicos e como tal, não devem ser usadas em floreiras ou canteiros junto das esplanadas, disponível no anexo1.

## **4.2 – Reflexão Crítica**

O Regulamento Municipal de Espaços Públicos procura simplificar os processos administrativos e burocráticos e constituirá um elemento importante de orientação da imagem da vila e de qualidade e segurança do espaço público, qualificando-os. A título exemplificativo salienta-se a forma como atualmente se colocam os aparelhos de ar condicionado, cujo volume e posicionamento muitas vezes descaracterizam as fachadas dos edifícios e nalguns casos perturbam a segurança da via pública; também a colocação indiscriminada de esplanadas e elementos comerciais na via pública criam obstáculos à circulação e frequentemente desqualificam o ambiente local, seja pela qualidade dos materiais utilizados seja pela falta de regras com que se dispõem.

O presente documento estabelece regras para todas estas situações, no intuito de manter uma imagem mais coerente e organizada e cuidada da vila, uma preocupação importante neste momento, em que o concelho se está a afirmar cada vez mais como destino turístico.

Pretende-se também contribuir para o eliminar de algumas barreiras definitivas e também adequada orientação das temporárias, que prejudicam a livre e segura circulação dos cidadãos.

Estabelecem-se no mesmo documento igualmente regras para a afixação de mensagens publicitárias de natureza comercial e as condições de instalação de painéis de grandes dimensões tipo “outdoor”.

## 5 – Plano Local de Promoção das Acessibilidades

O PLPA – *Alandroal para Todos*, integra a 2.<sup>a</sup> Geração dos PLPA's. O projeto é financiado pelo POPH, através do RAMPA. Como antes mencionado, o município do Alandroal conta com a empresa *Paula Teles – Unipessoal. Lda*, na elaboração deste plano.

O trabalho iniciou-se com o levantamento e diagnóstico das condições de acessibilidade da vila do Alandroal. Esta atividade tem como finalidade identificar, detalhadamente, os problemas existentes na vila ao nível das condições de acessibilidades e *design* inclusivo, por forma a cumprir o disposto no **Decreto-lei n.º 163/06 de 8 de Agosto (Lei das Acessibilidades)**.

O Plano inclui a realização de estudos de natureza multidisciplinar, que abordam a temática da promoção da acessibilidade ao espaço público, ao edificado, ao transporte público, à comunicação e às novas tecnologias de informação (infoacessibilidade).

Esta abordagem interdisciplinar, com leituras nas diferentes escalas, é a chave para que o Plano atinja os objetivos a que se propõe e supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor, como o DL 163/06 de 8 de agosto.

### 5.1 - Área de intervenção

A área de intervenção do PLPA corresponde, numa primeira fase, à área da vila do Alandroal, onde se concentra o maior número de equipamentos e serviços públicos e privados e, onde ocorrem as maiores dinâmicas de fluxos comerciais e populacionais - (Figura 28). Posteriormente pretende-se alargar o trabalho aos principais edifícios públicos nas freguesias.

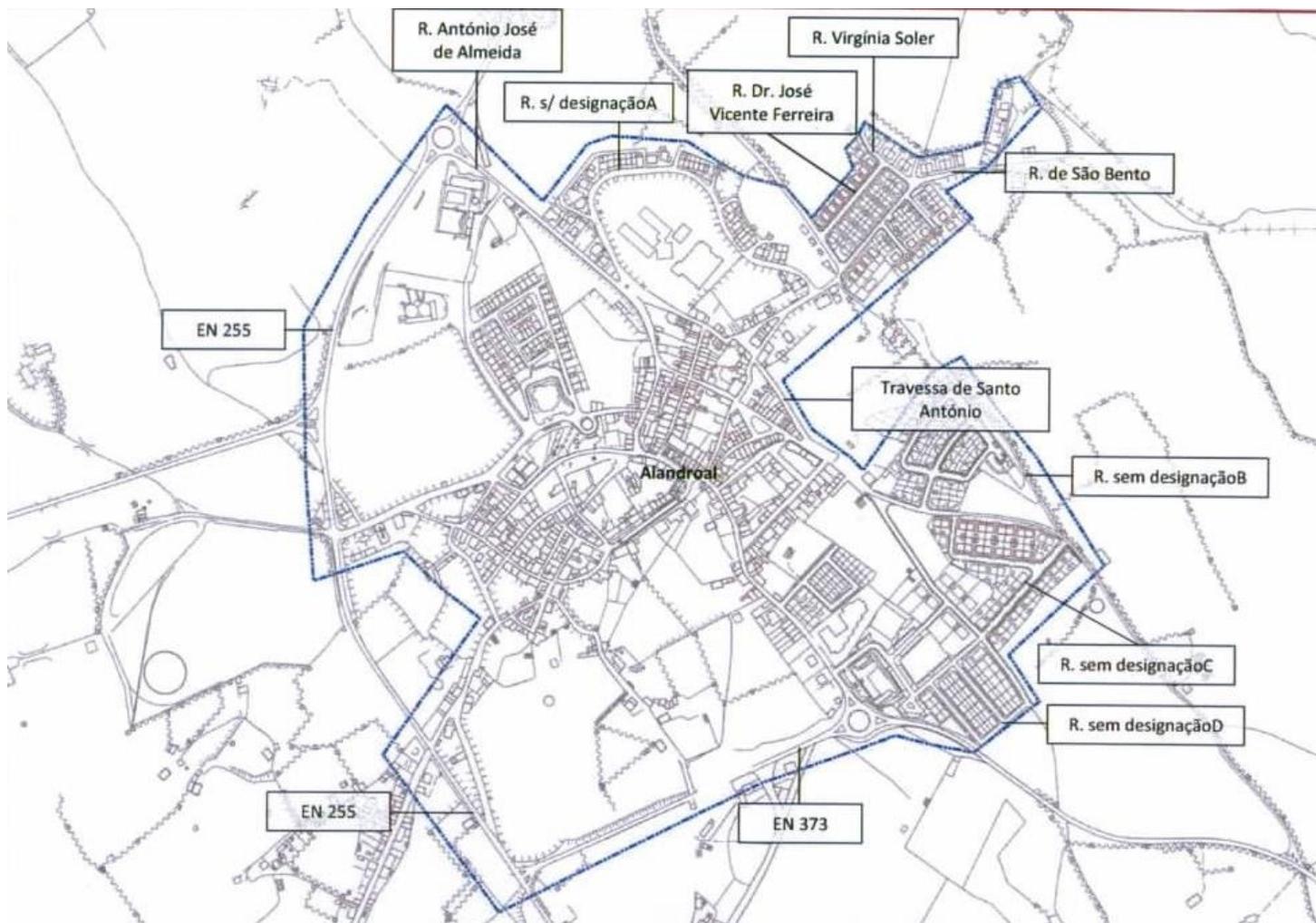


Figura 28 - Área de intervenção do PLPA

## 5.2 - Diagnóstico de barreiras no Espaço Público do Alandroal

A avaliação do estado atual de acessibilidade e mobilidade no espaço público das vilas e cidades é efetuada recorrendo a uma análise por “Tipologia de Barreiras”, distinguindo entre barreiras fixas e móveis, como representado na tabela seguinte, constante da Publicação *Acessibilidade e Mobilidade para todos; Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto* - (Figura 29).

Tipologias de Barreiras	
<b>Barreiras Arquitetónicas e Urbanísticas</b>	
 Candeeiro de Iluminação Pública	 Ciclo-Parque
 Semáforo	 Poste com bandeira
 Degrau, Escada ou Rampa	 Cabina Telefónica
 Rebaixamento de Passeio	 Abrigo de Transportes Coletivos
 Ausência de passadeira	 MUPI
 Ausência de passeio ou passeio subdimensionado	 Papeleira
 Pavimento Degradado	 Sinal de Trânsito
 Passadeira Mal Dimensionada	 Árvore
 Passadeira a Terminar em Estacionamento	 Quiosque
 Caldeira de Árvore	 Gradeamento
 Marco do Correio	 Bola, Prumo ou Meco
 Floreira	 Contentor do Lixo
 Parquímetro	
 Armário (EDP, Gás, ...)	<b>Barreiras Móveis   Temporárias</b>
 Boca-de-incêndio	 Estacionamento Abusivo
 Gradeamento com Publicidade	 Obra ou Tapume
 Placa Toponímica	 Obstáculo Comercial
 Poste com Floreira	 Iluminação de Festas e Romarias

Figura 29 - Tipologias de barreiras no espaço público

As barreiras fixas são as barreiras urbanísticas e arquitetónicas, que permanecem no local, constituindo parte integrante da cidade, como candeeiros, sinalética, passeios ou passagens de peões.

Por outro lado, as barreiras móveis ou temporárias correspondem ao tipo de objetos que mudam indefinidamente de posição e local e podem traduzir-se em exemplos como automóveis parados em cima dos passeios, esplanadas desordenadas ou mercadorias junto à entrada dos estabelecimentos comerciais.

Na avaliação do estado de acessibilidade, as barreiras móveis apresentam-se como as mais complexas, tendo em conta a constante variação da sua localização. Esta característica dificulta o reconhecimento e a habituação aos percursos acessíveis, por parte das pessoas portadoras de deficiência ou incapacitadas. Simultaneamente são as mais fáceis de remover, caso haja vontade por parte da sociedade civil (Teles, S:D).

Os trabalhos de levantamento realizados no espaço público da vila do Alandroal permitem averiguar a presença de inúmeras barreiras, à acessibilidade e mobilidade para Todos. Não existem percursos totalmente acessíveis devido, muitas vezes à ausência de passeios, mas também a presença de elementos urbanos a interromper os caminhos pedonais (pavimentos degradados, presença de escadas, degraus ou rampas, candeeiros de iluminação), que não permitem a existência das medidas mínimas obrigatórias por lei (DL 163/06).

Assim, de acordo com o Decreto-lei 163/06 de 8 de agosto, a rede pedonal da área de intervenção definida, não é acessível. As problemáticas existentes impedem a circulação de todos os cidadãos, independentemente das suas capacidades físicas e sensoriais. Existem **barreiras arquitetónicas** e **barreiras temporárias** que condicionam a vida na vila.

As principais **barreiras arquitetónicas** encontradas no espaço público da vila do Alandroal são a ausência de passeios; passeios subdimensionados; ausência de passadeiras; falta de rebaixamentos de acesso às passadeiras; passadeiras subdimensionadas; pavimento degradado ou irregular; escadarias, degraus e rampas na via pública; candeeiros de iluminação pública; sinais de trânsito; árvores e caldeiras de árvores; placas toponímicas e armários de infraestruturas.

Relativamente às **barreiras temporárias** pode referir-se o estacionamento abusivo e a publicidade comercial; as obras ou tapumes de obras; as floreiras e alguns contentores do lixo.

Os **passeios** são estruturas essenciais no espaço urbano. Funcionam essencialmente como espaços pedonais e permitem a separação dos canais de circulação, assegurando melhor mobilidade. Deste modo, os problemas relacionados com os passeios são os mais críticos ao nível da acessibilidade para todos.

A **ausência de passeios** é a barreira mais frequente na área de intervenção, ocorrendo em diferentes tipos de vias (ruas estreitas e largas, estradas nacionais e locais) interrompendo, por vezes percursos acessíveis. Os transeuntes circulam nas vias de trânsito automóvel, o que representa um risco independentemente da sua condição física/sensorial - (Figura 30).



**Figura 30** - Exemplo de vias com ausência de passeios

Algumas vias de circulação possuem passeios, mas subdimensionados. Segundo a lei da acessibilidade (DL 163/2006, de 8 de agosto) uma rede de percursos pedonais

acessíveis deve ser contínua, constituída por passeios com larguras mínimas de 1,20 m ou 1,50 m (no caso de vias estruturantes), facto que nem sempre se verifica na vila do Alandroal. A presença de passeios subdimensionados, ou seja com largura mínima inferior a 1,20/1,50 m, verificou-se um pouco por toda a área de intervenção, o que dificulta a livre circulação dos cidadãos - (Figura 31).



**Figura 31** – Exemplo de passeios subdimensionados

As passadeiras de peões são elementos fundamentais para a continuidade de percursos pedonais seguros e acessíveis. Segundo a secção 1.6 (passagens de peões de superfície) e 1.7 (passagens de peões desniveladas), do DL 163/06, as passagens de peões devem obedecer a determinados parâmetros, entre os quais, possuir rebaixamento dos passeios adjacentes. No entanto, diversos problemas de acessibilidade foram registados nos atravessamentos existentes na área de intervenção do PLPA.

A ausência de passadeiras condiciona a circulação das pessoas, uma vez que fragmenta os percursos contínuos. A falta de manutenção da pintura das passadeiras

agrava também o risco de acidente nos atravessamentos, uma vez que a pintura gasta dificulta a perceção do local de atravessamento para os automobilistas – (Figura 32).



**Figura 32** - Exemplo percursos interrompidos pela ausência de passadeiras e passadeiras degradadas (sem manutenção da tinta)

O acesso às passadeiras é outro problema observado na Vila do Alandroal. De acordo com o DL 163/2006, as passagens de peões devem possuir acessos rebaixados ou serem sobrelevadas para possibilitar o atravessamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Embora se tenha verificado alguma preocupação na construção de rebaixamentos, essencialmente nas passadeiras mais recentes, nem sempre estes cumprem com o disposto no DL 163/06.

Todas as passadeiras devem ser niveladas com o percurso pedonal na área contígua ao mesmo. Assim, no caso de existirem passeios, a passagem de peões deve possuir os acessos rampeados, a acompanhar a extensão da pintura zebra, com inclinação máxima de 8% na direção da passagem de peões e não superior a 10% na direção do lancil ou caminho dos peões (em passeios de largura mínima de 3,00 m). Em passeios de dimensão inferior a 3,00m, a inclinação máxima deve ser de 6%, realizada em toda a largura do passeio. Em qualquer dos casos, a altura máxima do lancil não deve ultrapassar os 0,02m e recomenda-se a utilização de piso de sinalização tátil ou em

cor contrastaste. Na área de intervenção existem passadeiras com rebaixamentos mal construídos, ou com total ausência dos mesmos.

Pela importância que detêm ao nível da segurança dos peões e do condicionamento do trânsito, as passadeiras devem possuir largura mínima entre 4,00 m a 5,00 m, de forma a garantir a sua boa visibilidade. Algumas passadeiras na área de estudo estão subdimensionadas, o que pode pôr em causa a segurança dos utilizadores - (Figura 33).



**Figura 33** – Passadeiras subdimensionadas e sem acessos rebaixados.

Verificam-se também situações de passeios com pavimentos degradados, constituindo-se em alguns locais da área de intervenção, como um obstáculo a circulação e segurança. Em alguns casos os transeuntes (mesmo sem mobilidade condicionada) são forçados a desviar-se do passeio para a faixa de rodagem, o que é bastante perigoso - (Figura 34).



**Figura 34** - Passeios com pavimentação degradada.

Com o intuito de vencer os desníveis existentes nas vias públicas, muitas vezes constroem-se **escadas**, **degraus** ou **rampas**. Estes elementos urbanos são

extremamente condicionadores da acessibilidade e mobilidade de todos, essencialmente quando não respeitam o estipulado no DL 163/2006. No espaço público da vila de Alandroal existem muitas escadas, degraus e rampas que não contemplam o estipulado na lei das acessibilidades, sendo obstáculos á livre circulação - (Figura 35).



**Figura 35** – Degraus e rampas com escadas no passeio sem construção de alternativas de acesso rampeado

As escadarias na via pública devem respeitar o estipulado na secção 1.3, 1.4 e 2.4 do DL 163/06 de 8 de agosto. Nesse sentido, entre outras características, as escadas devem possuir faixas de aproximação com textura e cor contrastante, os degraus devem possuir relações dimensionais estipuladas e devem contemplar corrimãos de ambos os lados, corrimão centrais ou ambos.

As escadarias presentes na área de intervenção não possuem corrimãos nem faixas de aproximação, dificultando a sua utilização por parte de pessoas com dificuldades visuais. Quando existe a necessidade de colocação de escadas nos passeios deve ser garantido um percurso acessível de 1,20m ou de 0,8 m numa extensão máxima de 0,60m, ou 0,90m numa extensão não superior a 1,50m. Estes aspetos nem sempre se verificam na área em estudo.

Os degraus também devem ser evitados, uma vez que interrompem percursos acessíveis, dificultando a mobilidade dos cidadãos. As mudanças de nível abruptas, como o caso dos degraus devem dar lugar a inclinações mínimas dos pavimentos de 5% ou inferiores.

Existem também **candeeiros** e **sinais de trânsito**, que se assumem como elementos condicionadores da livre circulação, muitas vezes devido à sua localização, no centro dos passeios - (Figura 36). Na maioria destas situações, a relocação dos elementos nas extremidades dos passeios, revolve o problema da acessibilidade.



**Figura 36** - Candeeiros e sinais de trânsito a descontinuar percursos acessíveis

Na mesma lógica dos elementos anteriores, também existem **árvores** e **caldeiras de árvores**, que constituem barreiras à acessibilidade e mobilidade para todos - (Figura 37). A inexistência de grelhas de proteção e a ocupação de percursos pedonais acessíveis, são os principais problemas identificados na área de intervenção. Segundo a secção 4.13 da Lei das Acessibilidades (Elementos vegetais), as caldeiras deverão ser revestidas por grelhas de proteção ou assinaladas com um separador com uma altura superior a 0,30 m, de forma a permitir, entre outros, a sua diferenciação por pessoas com deficiência visual.





**Figura 37** – Caldeiras de árvores que ocupam uma área significativa do passeio.

Como se pode verificar pelas imagens anteriores, existem diversas caldeiras que para além de não se encontrarem protegidas, ocupam um espaço significativo do passeio, não permitindo a largura mínima de passagem pedonal de 0,90 m.

Os **contentores do lixo** são elementos urbanos fundamentais à salubridade dos centros urbanos, e a sua função obriga à proximidade do passeio (utilização das pessoas) e da via de trânsito (recolha em camião próprio).

Na área em estudo verificam-se diversas supressões pontuais de passeio devido à presença de contentores do lixo no espaço público. Estas ocorrências quebram a continuidade pedonal - (Figura 38). Desta forma, os contentores do lixo ou ecopontos devem ser localizados em áreas específicas evitando a interferência com a circulação pedonal.



**Figura 38** – Interrupções pontuais de passeio por contentores do lixo

Existem também outros elementos urbanos que impedem a presença de percursos pedonais acessíveis e contínuos, nomeadamente **floreiras**, **placas toponímicas** ou **armários de infraestruturas**. Todos estes elementos devem permitir uma largura mínima de 0,80 m ou 0.90 m, conforme a extensão do passeio ocupada, para

circulação pedonal e possuir um design inclusivo, sem arestas vivas e com dimensões que permitam a sua fácil deteção.

A utilização de **floreiras** na via pública é frequente, no entanto, por vezes estes elementos assumem-se como elementos condicionadores da mobilidade e acessibilidade, uma vez que ocupam o espaço de circulação pedonal.

Algumas **placas toponímicas** também se apresentam como barreiras à acessibilidade, essencialmente devido ao seu design não inclusivo, uma vez que possuem altura máxima inferior a 0,70 m e são compostas por objetos salientes e extremidades pontiagudas. A sua localização no passeio também não é a mais indicada, devendo ser, preferencialmente, adoçados às fachadas dos edifícios.

Os **armários de infraestruturas** devem ser localizados em corredores próprios (corredores de infraestruturas), fora do percurso acessível. Na impossibilidade da criação de corredores de infraestruturas, estes elementos devem localizar-se junto às fachadas dos edifícios, permitindo uma largura de 1,20m de passagem ou mínima de 0,90m, caso o armário ocupe dimensão entre 0,60 m a 1,50 m – DL 163/06 de 8 de agosto - (Figura 39).



**Figura 39** – Interrupções pontuais de passeio por floreiras e placas toponímicas

Além das barreiras arquitetónicas referidas, existem também inúmeras barreiras temporárias no espaço público do Alandroal, o que acarreta diversos problemas,

essencialmente no que concerne à habitação do percurso por parte de pessoas com dificuldades visuais.

O **estacionamento automóvel abusivo** é a barreira temporária mais frequente na área de intervenção. Esta situação verificou-se em diversos arruamentos, interrompendo percursos que poderiam ser acessíveis - (Figura 40). Este tipo de obstáculo é perigoso para todos os transeuntes, uma vez que são obrigados a desviar-se para a faixa de rodagem.



**Figura 40** – Exemplos de estacionamento abusivo em passeios; frequentemente com impedimento de acessos ao espaço privado.

Foram também assinaladas situações de ocorrência de obras e tapumes na via pública, sem a presença de um percurso pedonal alternativo - (Figura 41). Quando existirem obras que ocupem o espaço pedonal deve ser assegurado um percurso pedonal alternativo, com uma largura mínima de 1,20 metros, desimpedido de barreiras e com extensão não superior ao dobro da distância percorrida pelo trajeto mais direto.



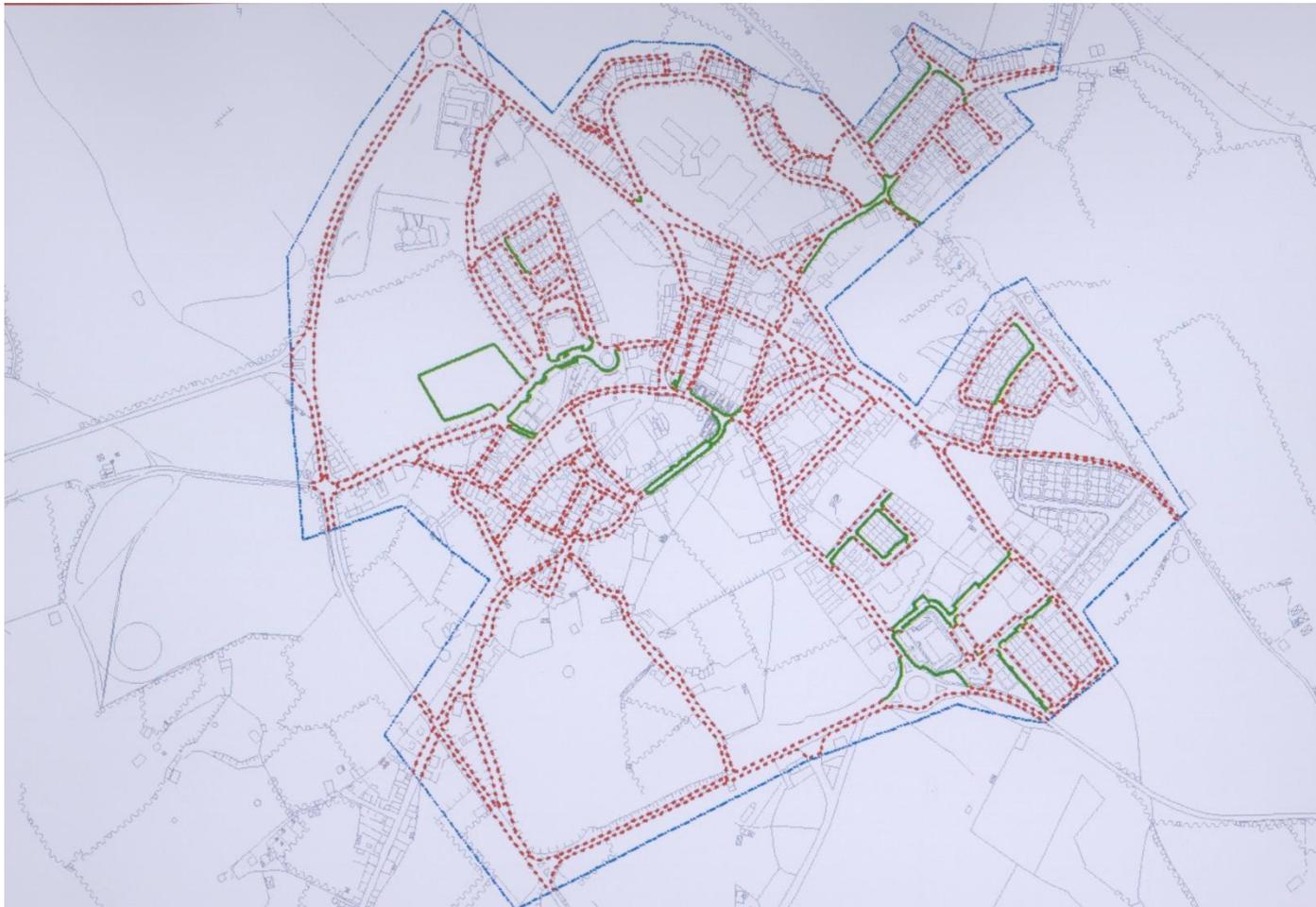
**Figura 41** - Obras ou tapumes de obras a ocuparem áreas significativas dos largos e dos passeios.

Alguns **elementos de exposição/utilização comercial** também se constituem como obstáculos à circulação - (Figura 42). As pessoas de mobilidade reduzida, com dificuldades temporárias de locomoção, ou transportando objetos volumosos, têm dificuldades acrescidas em identificar e desviarem-se destes elementos. A insegurança acresce quando, em muitos casos os peões são obrigados a circular na via de trânsito, por não terem espaço suficiente no passeio para se deslocarem.



**Figura 42** – Obstáculos de estabelecimentos comerciais no passeio público (depósitos de venda de gás e esplanadas).

Concluída a análise das tipologias de barreiras presentes no território em causa, tanto arquitetónicas e urbanísticas como as consideradas temporárias e móveis, define-se então dois tipos percursos, os percursos acessíveis e os percursos inacessíveis. Esta informação está resumida na figura 43.



Percursos Acessíveis/Inacessíveis

- Percurso Acessível
- - - Percurso Inacessível

Figura 43 – Percursos acessíveis e inacessíveis

## 5.3 – Edificado

O PLPA – *Alandroal para Todos* – integra também o estudo da acessibilidade em matéria do Edificado.

Uma vila ou cidade verdadeiramente inclusiva deve garantir a continuidade entre o espaço público e o edificado. Assim analisam-se alguns edifícios cuja função que acolhem representam serviços importantes no concelho.

A análise de tais serviços ou equipamentos teve por base fichas de apoio, notas complementares, fotos e vídeos que permitiram, em gabinete, elaborar relatórios detalhados, a vão servir de base para as futuras correções.

A ficha de diagnóstico contempla os seguintes aspetos<sup>26</sup>:

- Identificação do edifício (Localização e descrição de funções);
- Acesso exterior ao edifício, público e privado;
- Acesso ao edifício (portas principais);
- Distribuição no edifício;
- Acesso a dependência e instalações;
- Dependência e sinalética.

Os problemas encontrados no edificado são verificados segundo o **decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto**.

A lista de equipamentos analisados encontra-se disponível no anexo 2.

No anexo 3, apresenta-se o relatório elaborado para o edifício dos Bombeiros Voluntários de Alandroal.

Efetuaram também estudos ao nível dos transportes públicos, comunicação e novas tecnologias de informação (infoacessibilidade). No entanto, a nossa participação a este nível foi muito reduzida

---

<sup>26</sup> A responsabilidade de elaboração das fichas foi da empresa “Paula Teles – Unipessoal, Lda.”

## 5.4 - Reflexão Crítica

Após a conclusão do trabalho de campo - levantamento e diagnóstico da situação existente - procedeu-se à elaboração dos relatórios, em gabinete.

Esta experiência de trabalho foi extremamente positiva, uma vez que, jamais ao longo do nosso percurso académico e profissional, nos debruçamos tão intensamente sobre a problemática das acessibilidades. Estamos neste momento mais despertos para estas questões e verificamos que os nossos espaços urbanos estão repletos de obstáculos, para os cidadãos com algum tipo de dificuldade temporária ou permanente. É imperativo trabalhar no sentido de inverter esta situação.

Uma sociedade moderna e inclusiva deve permitir a livre circulação de todos os cidadãos, sem restrições - (invisuais, pessoas em cadeira de rodas, idosos, grávidas, mães com carrinhos de bebé, pessoas com guarda-chuva). Todos nós em alguma fase da vida apresentamos algum tipo de debilidade, pelo que este é um problema de todos, e a sua resolução mostra o respeito por todos.

Assim, apesar das restrições orçamentais a que as entidades públicas estão sujeitas, nomeadamente as Câmaras Municipais, a questão das acessibilidades deverá ser levada em conta, no momento de elaborar orçamentos e tomar decisões.

A segunda fase dos trabalhos, que está prestes a iniciar, afigura-se ainda mais aliciante, uma vez que consiste na procura de soluções para os problemas diagnosticados. Não será certamente um trabalho fácil, mas pensamos que no final será possível eliminar a grande maioria das **barreiras arquitetónicas**. Relativamente às **barreiras temporárias**, terá que se fazer um trabalho profundo de sensibilização da população, de forma a tentar reduzir ao máximo este tipo de obstáculos. Neste momento, já estão previstas algumas sessões públicas de esclarecimento e ações de formação.

Estamos neste momento também já a trabalhar, no sentido de encontrar financiamentos, que permitam iniciar as obras de melhorias das acessibilidades, após a conclusão do estudo.

## Conclusão

Ao longo de quatro anos a trabalhar na CMA acumulámos muitas experiências e aprofundamos o conhecimento sobre o concelho e suas gentes, a terra onde nascemos e crescemos e em que temos tido oportunidade de trabalhar no âmbito da nossa formação. Tomámos realmente consciência de muitas das fragilidades e potencialidades que o município apresenta e percebemos a importância deste se dotar de documentos estratégicos e meios de gestão que são fundamentais ao sucesso das responsabilidades municipais.

É um facto que o município tem perdido população de forma acentuada, desde 1960, contando hoje com metade da população dessa década. Muitos fatores contribuíram para esta situação, mas sem dúvida que a falta de oportunidades de emprego foi a principal. Trabalhar no sentido de encontrar soluções, que invertam esta tendência comum às regiões de interior é o grande desafio que se coloca. Existem inúmeras soluções, que se aproveitadas, podem conduzir ao desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

A Agenda 21 Local, documento de trabalho elaborado pelo município, com um horizonte temporal de oito anos, contempla algumas iniciativas, no âmbito das atividades económicas, que quando colocadas em prática podem contribuir para inverter a tendência de decréscimo populacional.

Também existem inúmeros projetos agrícolas e turísticos, em desenvolvimento que ajudarão a criar emprego e a fixar população.

Os processos de elaboração da *Agenda 21 Local* e *PLPA – Alandroal Para Todos*, como antes mencionado, foram desenvolvidos em parceria com empresas externas. Estas empresas deram um contributo fundamental dada a extensão e complexidade dos trabalhos, porém, salienta-se o facto dos técnicos municipais terem sido fundamentais no decurso dos estudos - são estes que conhecem e contactam com a população e mais dominam as potencialidades e fraquezas do território.

A colaboração em equipas multidisciplinares, com técnicos municipais e técnicos de empresas externas, foi muito enriquecedor a nível pessoal e profissional, tal como antes já se tinha referido.

O trabalho sobre a problemática das acessibilidades ajudou-nos a ter um olhar mais atento e sensível, a partir de então a imediatamente identificar barreiras arquitetónicas,

que até antes eramos completamente insensíveis (onde se destacam também as barreiras temporárias, mais facilmente equacionáveis).

A terminar não podemos deixar de referir que, ao longo do período de colaboração com CMA temos sentido, por vezes alguma frustração, uma vez que alguns projetos elaborados tardam em tornar-se realidade, devido às grandes dificuldades financeiras do município.

Porém, o esforço para obter financiamentos comunitários, que permitam o avanço de alguns trabalhos, deixa-nos a esperança de poder ver no futuro o resultado de tais projetos.

Para as candidaturas a fundos comunitários, o município dispõe atualmente de duas bases fundamentais de enquadramento – o Plano de Intervenção Municipal e a Agenda 21 Local. No passado não existiam quaisquer bases concretas de enquadramento de projetos, daí o seu significado e importância estratégica.

## Referências Bibliográficas

### PUBLICAÇÕES

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – *Guia Agenda 21 Local – Um Desafio Para Todos*, Lisboa, APA, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – *Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal*, CMA, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal, 2008 – 2010*, CMA, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, DHV, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume II – *Domínio Biofísico e Ambiental*, Versão preliminar, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, DHV, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume III – *Domínio socioeconómico e cultural*, Versão preliminar, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, DHV, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume IV – *Domínio Acessibilidades e Transportes, Equipamentos e Infraestruturas*, Versão preliminar, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, DHV, Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, Volume V – *Domínio Urbano*, Versão preliminar, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, TTERRA – Engenharia e Ambiente, Lda.,  
Agenda 21 Local, *Diagnóstico para a Sustentabilidade do Alandroal*, CMA, 2011

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, TTERRA – Engenharia e Ambiente, Lda.,  
Agenda 21 Local, *Plano de Ação*, CMA, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, TTERRA – Engenharia e Ambiente, Lda.,  
Agenda 21 Local, *Relatório da Consulta Pública*, CMA, 2011.

CANCELA, Alexandre d' Abreu; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário –  
*Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, Universidade de Évora / Direção Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA – *Acessibilidade e Mobilidade para todos; Apontamentos para  
uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*, Porto, Inova, 2006.

TELES, Paula – *Cidades de desejo entre desenhos de cidades – boas práticas de  
desenho urbano e design inclusivo*, Porto, Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade,  
S.D.

## LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 163/2006, Diário da República, 1.º Série, N.º 152 de 8 de Agosto  
de 2006

DECRETO-LEI N.º 48/2011, Diário da República, 1.ª série, N.º 65, 1 de Abril de 2011

REGULAMENTO DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALANDROAL, Diário da República, 2.ª série, Apêndice n.º 100, 8 de Junho de 2003

REGULAMENTO MUNICIPAL N.º415/2011, Diário da República, 2.ª série, N.º 132, Parte H, 12 de Julho de 2011

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º555/99 DE 16 DE DEZEMBRO, Diário da República, 1.ª série, N.º 62, 30 de Março de 2010

#### INTERNET

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE: Atlas do Ambiente -  
<http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL - <http://www.cm-alandroal.pt/>

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural:  
<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=456>

<http://alandroal.blogspot.pt/>

<http://fotos.sapo.cv/>

<http://porterrasdoalentejo-bruno.blogspot.pt/>

<http://alandroalandia.blogspot.pt/>

<http://olhares.sapo.pt/>

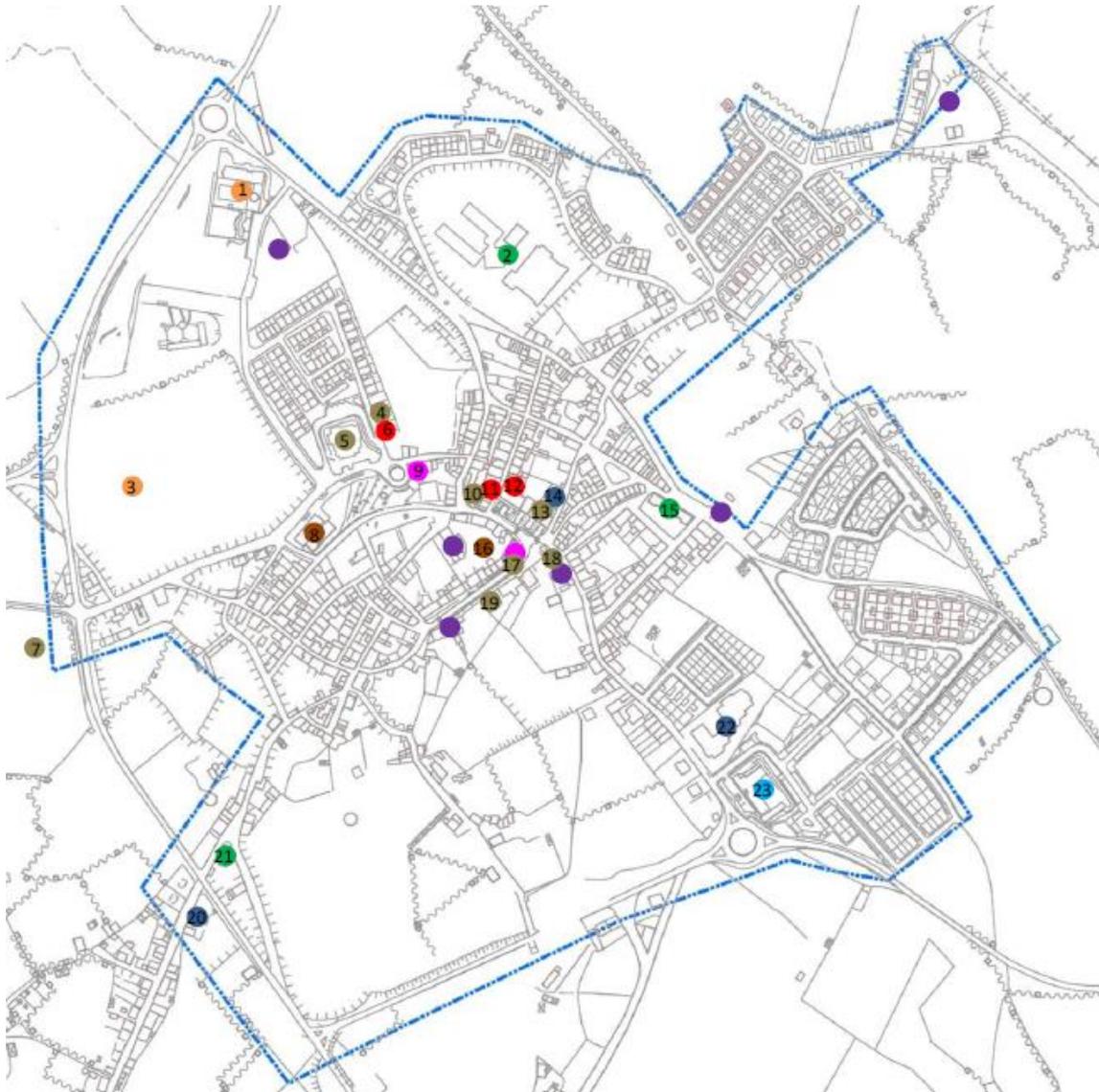
<http://historiasdaraia.blogspot.pt/>

## Anexos 1 – Lista de espécies vegetais que apresentam efeitos tóxicos

Espécies	Nome comum	Partes Tóxicas
<i>Aconitum napellus</i>	Acónito	todas
<i>Anagyris foetida</i>		Folhas e raízes
<i>Anemone nemorosa</i>	Anemona da madeira	Folhas e raízes
<i>Arum maculatum</i>	Senhores e senhoras (Adão e Eva)	fruto
<i>Atropa belladonna</i>	Beladona	Todas, especialmente o fruto
<i>Berberis sp.</i>	Agracejo	fruto
<i>Bryonia dioica</i>	Briónia	Fruto e raízes
<i>Caladium sp.</i>	Tinhorão	Todas, especialmente as folhas
<i>Calla palustris</i>		fruto
<i>Cannabis sativa</i>	Canabis	todas
<i>Chenopodium album</i>	Ançarinha-Branca, Falsa-Erva-de-Santa-Maria	folhas
<i>Cicuta virosa</i>		todas
<i>Clematis flammula</i>	Jazmín de monte, Flámula	folhas
<i>Clematis vitalba</i>	Cipó do reino, Vide branca, vitalba	olhas
<i>Clivia miniata</i>	Clívia	Todas, especialmente o bolbo
<i>Cneorum tricoccom</i>	Olivíla	fruto
<i>Conium maculatum</i>	Cicuta da Europa, Bálsamo de Meca, Mandioca Brava	todas
<i>Convallaria majalis</i>	Lírio-do-brejo	Todas, especialmente o fruto
<i>Coriaria myrtifolia</i>	Roldor	fruto
<i>Daphne gnidium</i>	Trovisco	Todas, especialmente o fruto e semente
<i>Daphne laureola</i>	Trovisco	Todas, especialmente o fruto e semente
<i>Daphne mezereum</i>	Trovisco	Todas, especialmente o fruto e semente
<i>Datura stramonium</i>	Orelha-de-macaco	Todas, especialmente o fruto e semente
<i>Dieffenbachia sp.</i>	Comigo-ninguém-pode	Todas, especialmente as folhas
<i>Digitalis purpurea</i>	Dedaleira	Folhas e flores
<i>Eunymus europaeus</i>	Eixo europeu, Eixo comum	Todas, especialmente o fruto
<i>Euphorbia helioscopia</i>	Maleiteira, Titímalos dos vales	latex
<i>Euphorbia peplus</i>	Maleiteira menor	latex
<i>Hyacinthoides non-scripta</i>		todas
<i>Hyoscyamus niger</i>	Cardo-beleno	todas
<i>Ilex aquifolium</i>	Azevinho	fruto
<i>Ipomoea sp.</i>		sementes
<i>Iris pseudacorus</i>	Lírio-amarelo-dos-pântanos	todas
<i>Juniperus sabina</i>	Sabina rastrera	caule
<i>Laburnum anagyroides</i>	Corrente de Ouro, Chuva de Ouro	Folhas, flores e sementes
<i>Ligustrum vulgare</i>	Alfeneiro, Alfenheiro, Alfena	Todas, especialmente o fruto

<b>Espécies</b>	<b>Nome comum</b>	<b>Partes Tóxicas</b>
<i>Lupinus sp.</i>	Tremoço	Vagem e sementes
<i>Mercurialis perennis</i>		folhas
<i>Narcissus sp.</i>	Narciso	Todas, especialmente o bolbo
<i>Nerium oleander</i>	Loendro	todas
<i>Nicotiana glauca</i>	Charuteira, Charuto-do-rei	folhas
<i>Oenanthe crocata</i>	Arrabaça, Canafreicha	todas, especialmente raízes
<i>Papaver somniferum</i>	Papoila-dormideira, Dormideira	Látex (presente na cápsula das sementes)
<i>Philodendron sp.</i>	Filodendro	folhas
<i>Phytolacca americana</i>	Tintureira, Cachos-de-raposa	Raízes , frutos e sementes
<i>Polygonatum multiflorum</i>		todas
<i>Prunus laurocerasus</i>	Loiro-cerejo, Loiro-inglês	Folhas e semnetes
<i>Pteridium aquilinum</i>	Feiteira	folhas
<i>Ranunculus bulbosus</i>	Ranúnculos	bolbos
<i>Rhamnus catharticus</i>		fruto
<i>Rheum rhaponticum</i>		folhas
<i>Rhododendron ponticum</i>	Rododendro, Adelfeira	todas
<i>Rhus typhina</i>		folhas e fruto
<i>Ricinus communis</i>	Mamona, Rícínio	sementes
<i>Solanum capsicastrum</i>	Cerejas de Natal, Cerejas de Jerusalém	todas
<i>Solanum dulcamara</i>	Doce-amarga,	Todas, especialmente o fruto
<i>Solanum hermannii</i>		Todas
<i>Solanum nigrum</i>	Erva Moura	Todas, especialmente o fruto
<i>Symphoricarpos rivulans</i>		fruto
<i>Tamus communis</i>	Arrebenta-boi, Baganha	fruto
<i>Taxus bacata</i>	Teixo	Folhas e sementes
<i>Urtica dioica</i>	Urtiga	folhas
<i>Veratrum sp.</i>		Todas, especialmente as raízes e folhas
<i>Viscum album</i>	Visco	fruto
<i>Zantedeschia sp.</i>	Jarro de jardim	folhas

## Anexos 2 – Lista de Equipamentos analisados



- Equipamentos administrativos
- Equipamentos de segurança pública
- Equipamentos de saúde
- Equipamentos escolares
- Equipamentos desportivos
- Equipamentos religiosos
- Equipamentos de comércio e serviços
- Equipamentos culturais
- Transportes

1. Piscinas municipais
2. EB 1 Diogo Lopes Sequeira
3. Campo de Futebol
4. Correios
5. Mercado Municipal
6. Junta de Freguesia do Alandroal
7. Parque de Feiras
8. Fórum Cultural Transfronteiriço
9. Terminal Rodoviário
10. Espaço Internet
11. Segurança Social

12. Câmara Municipal
13. Caixa Crédito Agrícola
14. Finanças
15. Antiga Escola Primária (Jardim de Infância)
16. Castelo
17. Posto de Turismo
18. Farmácia
19. Caixa Geral de Depósitos
20. Posto GNR
21. Pré-Primário (Antigo Lavadouro)
22. Bombeiros Voluntários
23. Centro de Saúde do Alandroal

### Anexos 3 – Relatório para o edifício dos Bombeiros Voluntários de Alandroal

Registo fotográfico	Diagnóstico geral	Não conformidades
	<p><b>Acesso ao edifício</b></p> <p><b>Porta</b> – A porta não cumpre a legislação quanto à sua largura. Os puxadores possuem uma forma que permite um fácil manuseamento.</p> <p><b>Soleira</b> – A soleira da porta de entrada não cumpre o disposto no DL 163/2006 quanto à sua altura.</p>	<p>A porta tem duas folhas, contudo a largura útil entre a face da folha da porta quando aberta e o batente ou guarnição do lado oposto é de apenas 0,84 m.</p> <p>A soleira tem 0.035 m de altura</p>
	<p><b>Distribuição do edifício</b></p> <p><b>Átrio</b> – Os átrios cumprem o especificado no DL 163/2006 quanto às suas dimensões e respetivas zonas de manobra.</p> <p><b>Corredor</b> – Os corredores cumprem o especificado no DL 163/2006 quanto à sua largura.</p> <p><b>Escada</b> – As escadas nem sempre cumprem o disposto no DL 163/2006.</p>	<p>Ausência de corrimãos em ambos os lados. Não existe nenhum meio complementar de acesso facilitado.</p>

Registo fotográfico	Diagnóstico geral	Não conformidades
	<p>Acesso a dependências</p> <p><b>Porta</b> – As portas não cumprem o disposto no DL 163/2006 quanto à sua largura. Contudo existe uma porta de acesso às instalações sanitárias com 0,77 m de largura. Os puxadores apresentam uma forma que não permite um fácil manuseamento.</p>	<p>A largura dos vãos das portas é de 0,75 m. Os puxadores apresentam-se em forma de maçaneta.</p>
	<p>Dependências</p> <p><b>Balcões de atendimento</b> – Os balcões não possuem zonas livres de aproximação e zonas rebaixadas para facilitar a utilização por pessoas com mobilidade reduzida.</p> <p><b>Instalação Sanitária</b> – Não existe instalação sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida.</p> <p><b>Organização do mobiliário</b> – O mobiliário encontra-se organizado e adaptado à sua função, facilitando a circulação de pessoas.</p>	<p>Balcão da secretária tem 1,09 m de altura. Balcão do bar tem 1,10m de altura.</p>

Registo fotográfico	Diagnóstico geral	Não conformidades
	Sinalética e Informação	
	<p><b>Sinalética e Informação</b> – Não existe sinalética de pisos</p> <p><b>Sinalética de dependências</b> – A sinalética não cumpre a legislação, quanto à altura, dimensionamento dos caracteres, símbolos, cores e materiais utilizados.</p>	
	Comandos e Controlos	
	(Não foram encontrados itens neste campo para avaliação)	
	Instalação de Equipamentos de Auto Atendimento	
	(Não foram encontrados itens neste campo)	

